

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ENSINO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE**

PATRÍCIA RIVELLO GARCIA

**GRUPO REFLEXIVO E SOCIOEDUCATIVO COM HOMENS AUTORES
DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES – Um Diálogo Possível**

VOLTA REDONDA

2024

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE**

**GRUPO REFLEXIVO E SOCIOEDUCATIVO COM HOMENS AUTORES
DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES – Um Diálogo Possível**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Saúde e do Meio Ambiente da UniFOA, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra.

Mestranda: Patrícia Rivello Garcia

Orientadora:

Profª Drª Bruna Casiraghi

Co Orientador:

Prof. Dr. Júlio Soares Aragão

VOLTA REDONDA

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária: Alice Tacão Wagner - CRB 7/RJ 4316

G216g Garcia, Patrícia Rivello
Grupo reflexivo e socioeducativo com homens autores de violência:
um diálogo possível. / Patrícia Rivello Garcia. - Volta Redonda:
UniFOA, 2024. 101 p.

Orientador (a): Profa. Dr^a. Bruna Casiraghi
Coorientador (a): Prof. Dr. Júlio César Soares Aragão

Dissertação (Mestrado) – UniFOA / Mestrado Profissional em Ensino
em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente, 2024.

1. Ciências da saúde - dissertação. 2. Mulher - violência. 3. Gênero - violência. 4. Masculinidade. 5. Políticas públicas. I. Casiraghi, Bruna. II. Aragão, Júlio César Soares. III. Centro Universitário de Volta Redonda. IV. Título.

CDD – 610

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluna: Patrícia Rivello Garcia

GRUPO REFLEXIVO E SOCIOEDUCATIVO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Bruna Casiraghi

Banca Examinadora

Bruna Casiraghi

Prof.^a Dr.^a Bruna Casiraghi

Lauro Lopes Pereira Neto

Prof. Dr. Lauro Lopes Pereira Neto

Ana Paula Cunha Pereira

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Cunha Pereira

Dedico a Deus, por nortear e renovar a
minha mente todos os dias.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela orientação e discernimento para o estudo.

À Universidade Oswaldo Aranha (UniFOA), por me oportunizar cursar o Mestrado e pela qualidade profissional e ética de todos os Professores.

À querida Profa. Doutora Bruna Casiraghi, por quem tive o privilégio de ser orientada, pelos aprendizados e por nossa rica convivência.

Ao meu co-orientador, Doutor Júlio Aragão, pelas pontuações sempre precisas, minha sincera admiração.

Aos meus colegas e servidores públicos, pelas valiosas contribuições.

Ao meu esposo, Alan Messias, pela colaboração e contribuição no ensino da área de Meio Ambiente. Seus conhecimentos na área de biologia, e nossos debates foram fundamentais para minha evolução e aprendizado.

À minha filha, a Publicitária Hellen Rivello, e ao meu Genro, Gabriel Albertassi, Design gráfico, pelo profissionalismo e pela contribuição com alguns elementos gráficos deste trabalho, amo vocês.

Muitas vezes basta ser colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove. E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida.

Cora Coralina

RESUMO

A violência contra a mulher é amplamente discutida e reconhecida em várias esferas da sociedade, envolvendo questões culturais, valores, masculinidade e patriarcado. No Brasil, a Lei Maria da Penha aumentou a visibilidade dessa questão. No entanto, o número de agressões às mulheres continua alarmante, configurando-se como um grave problema de saúde pública. É necessário desenvolver ações direcionadas tanto para as mulheres quanto para os agressores. Nessa perspectiva, buscou-se, neste trabalho, subsidiar a elaboração de um material educacional voltado para a condução de grupos reflexivos com homens que cometem violência doméstica, visando reduzir os índices de violência de gênero. Para isso, foi realizada uma revisão integrativa da literatura sobre a violência contra a mulher e o trabalho com agressores. Os dados foram analisados e organizados considerando-se duas categorias: violência contra a mulher e a questão de gênero em relação aos grupos reflexivos como estratégia de enfrentamento da violência. A análise revelou a necessidade de fortalecer a ação dos profissionais em rede para combater a violência contra as mulheres, colaborando para a desconstrução do patriarcado e promovendo a isonomia nas relações entre homens e mulheres. Para ampliar os dados, foi conduzida uma pesquisa de campo com profissionais que trabalham com grupos reflexivos de agressores, utilizando a técnica de grupo focal para facilitar os diálogos. A análise dos discursos destacou a importância de abordagens multidisciplinares e da participação de toda a rede de cuidado. As discussões corroboram a necessidade de integrar homens aos processos de desconstrução do machismo estrutural que sustenta o ciclo da violência. Finalmente, foi elaborado um guia prático de orientação para profissionais que atuam de forma multidisciplinar em grupos reflexivos e socioeducativos com homens autores de violência doméstica. Esse guia oferece diretrizes estruturadas, com orientações técnicas e teóricas, para nortear a atuação dos profissionais. A validação do guia foi realizada por cinco especialistas da área — uma psicóloga, três assistentes sociais e um advogado com vasta experiência — utilizando o método Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC), resultando em uma média de 0,99. O guia foi, portanto, considerado um excelente recurso educacional para auxiliar os profissionais multidisciplinares.

Palavras-Chave: Violência contra a mulher, Violência de Gênero, Masculinidade, Políticas Públicas, Grupos Reflexivos.

ABSTRACT

Violence against women has been discussed and perceived in various areas of society, and involves cultural issues, values, masculinity in our culture and patriarchy. In Brazil, the Maria da Penha Law increased the visibility of the issue. However, the number of attacks on women is still alarming, becoming a serious public health issue, requiring the development of actions focused on both women and aggressors. In this sense, the objective of this work is to support the development of a teaching product with a view to conducting reflective groups with male perpetrators of domestic violence, with the aim of having an impact on reducing rates of gender-based violence. To this end, an integrative review of the literature on violence against women and work with aggressors was carried out. The data was analyzed and organized into two categories: violence against women and the gender issue regarding reflective groups as a strategy for confronting violence. Based on the analysis carried out, it is agreed that there is a need to strengthen the action of professionals in a network that favors the confrontation of violence against women, contributing to the deconstruction of patriarchy, as an inculturated value, in the search for equality in the relationships between men and women. From the perspective of expanding data, field research was used as a method, together with professionals who work with reflective groups of aggressors, using the focus group technique to track dialogues. In the analysis of the speeches, the importance of multidisciplinary approaches and the participation of actors from the entire care network was noticed. The discussions corroborate the results of bibliographical research regarding the need to integrate men in the processes of deconstruction of the so-called structural machismo, which sustains the cycle of violence. Finally, a practical guidance guide was created for professionals who work in a multidisciplinary way in reflective/socio-educational groups with male perpetrators of domestic violence, offering structured guidelines, with technical and theoretical guidance, in order to guide the professionals' actions. Validation was carried out by five experts in the field, a psychologist, three social workers and a lawyer with extensive experience, using the Content Validity Coefficient (CVC) method, totaling an average of 0.99, with the guide being considered an educational product. excellent for helping multidisciplinary professionals

Keywords: *Violence against women, Gender Violence, Masculinity, Public Policies, Reflective Groups.*

APRESENTAÇÃO

Iniciei minha carreira como Professora, lecionando para crianças no ano de 1988, no Rio de Janeiro, com classes iniciais do Ensino Fundamental. Aos dezessete anos, observava a participação muito maior das mulheres do que dos homens no espaço educativo, enquanto iniciava minha formação acadêmica em Psicologia. Depois de formada na graduação, fiz pós-graduação em terapia cognitivo-comportamental e iniciei minha atuação como psicóloga na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), em dois municípios diferentes, onde aprendi muito. Nesses locais, meu trabalho envolvia o atendimento de mulheres, momentos que me permitiram observar a participação mais efetiva das mães no cuidado com as crianças, ao mesmo tempo em que me chamava a atenção a ausência dos pais. Durante esse período, minha atuação era dividida entre os espaços da saúde e da educação, e, posteriormente, atuei na assistência social.

No ano de 2013, recebi um convite para participar de um processo eleitoral e me tornei vice-prefeita do município de Pinheiral. Aproveitei essa oportunidade para estudar as políticas públicas para mulheres e implementamos a Coordenadoria da Mulher no município, com o objetivo de incentivar a maior participação desta na construção das políticas públicas, tema pelo qual me apaixonei e com o qual observei a importância de trabalhar. Desde 2017 assumi a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e, dando continuidade ao trabalho, implementamos o CEAM, Centro Especializado de Atendimento à Mulher, com o objetivo de atender mulheres vítimas de violência com o suporte de uma equipe multidisciplinar. A cada dia, percebo a importância de acolher e oportunizar espaços de acolhimento com as mulheres, tendo em vista que a demanda, mesmo em um município pequeno, se apresentou significativa, demonstrando a necessidade desse trabalho.

Em 2023, iniciamos o trabalho com os grupos reflexivos no CREAS (Centro de Referência de Assistência Social), com uma abordagem socioeducativa. Os resultados alcançados têm sido positivos, de tal forma que essa experiência se tornou o tema deste trabalho. O início deste trabalho e os desafios enfrentados serviram como estímulo para que eu me aprofundasse no tema e identificasse possíveis estratégias para enfrentar a violência contra a mulher. Ao final da pesquisa, foi elaborado um Guia Prático com o objetivo de orientar profissionais multidisciplinares

na condução de grupos reflexivos socioeducativos para autores de violência contra as mulheres.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– fluxograma de busca do estudo	29
Figura 2– nuvem de palavras obtida nos discursos dos participantes	58
Figura 3– análise de similitude dos discursos dos participantes	59
Figura 4– Análise Fatorial de correspondência dos discursos dos participantes.....	61
Figura 5– violência contra a mulher	66
Figura 6– fases da violência.....	67
Figura 7– a importância dos grupos socioeducativos para a prevenção da violência contra a mulher	68
Figura 8– como iniciar um grupo socioeducativo?	69
Figura 9– ética profissional.....	70
Figura 10– material de apoio para reflexão com grupos	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– artigos selecionados para o estudo	44
Quadro 2– caracterização dos juízes que participaram da validação do produto	72
Quadro 3– notas atribuídas pelos juízes para cada item da validação.	73
Quadro 4– sugestão para o material	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– cálculo do CVC do Produto Educacional	74
---	----

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. INTRODUÇÃO.....	16
2. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	18
3. GRUPOS REFLEXIVOS	20
4. TEORIA SOCIAL COGNITIVA: O COMPORTAMENTO VIOLENTO E OS ASPECTOS EDUCACIONAIS	23
5. PERCURSO METODOLÓGICO	27
5.1 REVISÃO INTEGRATIVA	27
5.2 PESQUISA COM PROFISSIONAIS ATUANTES EM GRUPO REFLEXIVO/SOCIOEDUCATIVOS	29
5.2.1 Participantes.....	29
5.2.2 Procedimentos para a coleta de dados	30
5.2.3 Procedimentos de análise	31
5.3 CONSTRUÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	32
5.4 VALIDAÇÃO DO PRODUTO.....	34
5.4.1 INSTRUMENTO.....	34
5.4.2 ANÁLISE DOS DADOS	34
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
6.1. RESULTADO DA REVISÃO INTEGRATIVA	35
6.1.1. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A QUESTÃO DO GÊNERO.....	46
6.1.2. GRUPOS REFLEXIVOS COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA.....	47
6.2. DISCUSSÃO DA REVISÃO INTEGRATIVA.....	49
6.3. PESQUISA COM PROFISSIONAIS	51
6.3.1. ANÁLISE DOS DISCURSOS	51
6.3.1.1. Violência contra mulher e sociedade patriarcal	52
6.3.1.2 Medida punitiva versus medida educativa	53

6.3.1.3 Desafios da prática dos profissionais multidisciplinares	55
6.3.2. ANÁLISE POR GRAFOS.....	57
6.3.2.1. Nuvem de palavras	57
6.3.2.2 Análise de similitude	58
6.3.2.3. Análise fatorial	60
6.3.3. DISCUSSÃO	63
7. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	64
7.1 Itens do guia... ..	64
7.2 Apresentação.....	64
7.3 Violência contra a mulher	65
7.4. Fases da violência	66
7.5 A Importância dos Grupos Socioeducativos para a prevenção da violência contra a mulher e o Referencial Teórico	67
7.6. Como iniciar um grupo socioeducativo e por onde começar?	68
7.7. Ética profissional	69
7.8. Espaço para a desconstrução de tabus.....	70
7.9. Material de apoio para a reflexão com os grupos.....	71
8. RESULTADO DA VALIDAÇÃO	71
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80
ANEXOS	85
ANEXO A – ROTEIRO PARA O GRUPO FOCAL	85
ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO CO CEP (VERSÃO 1)	88
ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP (VERSÃO 2)	94

1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é responsável por elevadas taxas de mortalidade da população feminina em todo o mundo. No Brasil, o machismo estrutural está relacionado aos elevados índices de violência contra as mulheres, favorecendo, cada vez mais, a situação de vulnerabilidade da mulher e reforçando a ideia do desprezo ao gênero feminino (OLIVEIRA et al., 2021).

A Lei Maria da Penha, resultado de anos de luta do movimento feminista, é um marco na conquista de direitos e uma referência internacional, sendo considerada uma das leis mais completas do mundo (LISBOA; ZUCCO, 2022). Desde 2006, a Lei Maria da Penha dá cumprimento à convenção para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, e prevê medidas protetivas, o afastamento do agressor do lar, a proibição de contato, a transferência da vítima e de seus dependentes a um abrigo especializado ou a inclusão em programa oficial de proteção. A partir dessa lei, o conceito de violência foi ampliado, abarcando, além da violência física, também a violência psicológica, moral, sexual, patrimonial, e englobando a violência contra adolescentes, crianças, mulheres trans e travestis. A lei contempla, ainda, as diferentes facetas da violência, considerando tanto quem perpetra como quem sofre a violência (BRASIL, 2006).

A violência contra as mulheres é um fenômeno global multifacetado e que afeta milhões de mulheres em todo o mundo, independentemente de idade, raça, etnia ou status socioeconômico. Ela se manifesta de várias formas, incluindo violência doméstica, no âmbito da família, agressão sexual, assédio no local de trabalho, tráfico humano, mutilação genital feminina entre outros. Essa violência é profundamente enraizada em desigualdades de gênero, normas culturais prejudiciais e sistemas de poder que perpetuam a subjugação das mulheres. De acordo com a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), violência doméstica e familiar contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. (BRASIL, 2006).

Alguns mecanismos dirigidos aos agressores estão expostos na Lei que explicita que, quando constatada a violência doméstica ou familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar de imediato ao agressor, em conjunto ou separadamente, algumas

medidas protetivas de urgência ou indicar a necessidade de acompanhamento em programas de reeducação (BRASIL, 2006).

Apesar dos avanços na conscientização e na legislação em muitos países, a violência contra as mulheres continua sendo um problema de saúde pública alarmante e subnotificado. Muitas vítimas ainda sofrem em silêncio devido ao estigma, ao medo de retaliação ou à falta de recursos e apoio. Além disso, as estruturas sociais e culturais que perpetuam a desigualdade de gênero, muitas vezes, dificultam a responsabilização de agressores e a implementação eficaz das leis de proteção às mulheres (OLIVEIRA, 2023).

Para combater, eficazmente, a violência contra as mulheres, são necessárias atuações multifacetadas que abordam não apenas os sintomas visíveis, mas também as causas subjacentes como a desigualdade de gênero, a educação inadequada, a pobreza, e a falta de acesso a recursos e serviços de apoio. Isso requer o envolvimento de governos, organizações da sociedade civil, comunidades, as academias e os indivíduos em todos os níveis para proteger os direitos das mulheres e criar sociedades mais justas e seguras para todos (OLIVEIRA, 2023).

Ainda há um extenso percurso a ser realizado no contexto cultural atual, e reflexões acerca desse tema não podem desconsiderar o papel dos homens na gênese, mitigação e, principalmente, nas iniciativas de erradicação desse processo. A transformação social em direção à equidade de gênero exige alterações substanciais no modo como os homens e as masculinidades são produzidos em nossa sociedade (MEDRADO, NASCIMENTO e LYRA, 2023).

Conforme descrito no documento Dossiê Mulher 2023, que tem como objetivo fornecer estatísticas oficiais para a criação de políticas públicas, focadas na proteção, acolhimento e atendimento das mulheres vítimas de violências e todos que são atingidos por essas violências, identifica-se um aumento significativo nos índices da violência contra a mulher em todo mundo.

A fim de aprofundar essa temática e contribuir para a reflexão social, este estudo tem como objetivo desenvolver um produto educacional de orientação e apoio para o trabalho de profissionais multidisciplinares que atuam com grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica. Para tanto, e de forma mais específica, buscou-se realizar um mapeamento da bibliografia sobre os grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica, conhecer as especificidades e identificar os

desafios encontrados pelos profissionais na prática profissional e, dessa forma, contribuir para a ampliação de espaços de reflexão para homens autores de violência.

2. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Passados quase vinte anos da promulgação da Lei n.º 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), e oito anos da Lei 13.104, de março de 2015, conhecida como Lei do Feminicídio, o assassinato de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, ou em razão do menosprezo ou discriminação à sua condição, aumentou no país. O Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP) começou a compilar e divulgar os dados sobre o crime de feminicídio no estado em 2016. Desde então, os dados apontam um crescimento dos registros de casos. Em 2020 foram registrados 78 casos de feminicídio, 85 em 2021, e 111 em 2022. Os números referentes aos registros de tentativa de feminicídio no Rio de Janeiro são de 270, 264, 265 em cada ano desse mesmo período, respectivamente. A violência contra a mulher é responsável por altas taxas de mortalidade da população feminina no mundo (OLIVEIRA *et al.*, 2021).

Somente em 2020 foram lavrados 71.183 registros de ocorrência referentes à violência contra a mulher em todo o estado do Rio de Janeiro e 98.681 vítimas se direcionaram a uma delegacia da SEPOL (Secretaria de Estado de Polícia Civil) para denunciar alguma forma de violência relacionada à sua condição de gênero. Tais dados indicam que, em média, 270 mulheres sofreram alguma forma de violência por dia nesse estado brasileiro. Ao analisarmos a série histórica entre os anos de 2014 e 2020, podemos observar que, entre 2014 e 2017, houve uma redução, anualmente, do número de vítimas. A partir daí, observou-se o aumento até o ano de 2019, quando foram contabilizados 90.201 registros, seguidos de uma redução de 21,1% no ano de 2020. Vale destacar que a redução do número de mulheres vítimas em 2020, em comparação com o ano anterior, pode não significar, exatamente, a diminuição do número de violências praticadas contra as mulheres. A hipótese mais provável indica que, diante das medidas de isolamento social adotadas em decorrência da COVID-19, a redução observada pode estar relacionada com o aumento da subnotificação dos casos frente ao aumento das dificuldades das vítimas de fazerem a denúncia (OLIVEIRA *et al.*, 2021).

Os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) indicam que a adoção das medidas punitivistas não implicou o decréscimo dos índices de violência contra a mulher. Dessa forma, é necessário ampliar os esforços no sentido de promover uma proposta articulada, com espaços que permitam aos homens refletirem sobre a conduta e tomarem consciência das atitudes, buscando a não reprodução dos modelos aprendidos na sua história e os modelos vivenciados no seu contexto familiar e a prevenção da violência e as recidivas (ANTEZANA, 2012).

As políticas públicas voltadas para autores de violência doméstica e familiar ainda são muito frágeis, reforçando a importância e a necessidade de mais pesquisas, discussões e modelos de execução de intervenções em âmbito nacional (TONELI; BEIRAS; RIED, 2017).

Em relação à prevenção da violência contra a mulher, o objetivo central é protegê-la, mas também é primordial intervir no comportamento do agressor, para que os padrões sociais que fomentam a violência existente possam ser transformados. Medidas como a prisão podem alimentar a violência existente e reforçar o ciclo, não indicando que, após o cumprimento da pena, o homem se tornará mais respeitador e colaborativo (SOARES, 2004). Nessa perspectiva, as práticas de justiça devem estar em consonância com práticas educativas e de orientação.

As práticas de justiça da Delegacia da Mulher visam, precisamente, destacar que a diversidade de formas e instâncias é essencial na intervenção social para combater a violência contra as mulheres (RIFIOTIS, 2015).

Não há um fator exclusivo que explique a violência, pois esta é produto da interação entre fatores individuais, sociais, relacionais, culturais e ambientais (KRUG, 2002:12). Podemos compreender essa concepção como intrínseca à sociedade, a respeito do fato de a masculinidade ser necessariamente marcada por agressividade e virilidade, bem como pela resistência, de fragilidade e a demonstração de sentimentos. Seria inútil a tentativa de direcionar cuidado e atenção aos homens, pois, como a violência é sua característica inata, sua mudança é um objetivo inviável, assim como o rompimento do ciclo da violência (SOARES e BARROS, 2015).

Apesar dos esforços para aumentar a conscientização e implementar políticas de proteção às mulheres, os números indicavam que, ainda, havia um longo caminho a percorrer para garantir a segurança e o bem-estar das mulheres no Brasil.

3. GRUPOS REFLEXIVOS

No Brasil, há cerca de 498 grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica, conforme mapeamento nacional realizado em 2023 pelo Grupo de Pesquisa Margens. O Grupo de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) compreendem os grupos reflexivos ou responsabilizantes como aqueles que têm como objetivo promover a responsabilização dos agressores, prevenir novos episódios de violência e desnaturalizar a ligação entre masculinidade e violência (BEIRAS, MARTINS E HUGILL 2024).

O trabalho com grupos reflexivos e psicoeducativos para homens autores de violência doméstica contra a mulher, por meio de uma abordagem de gênero, tem crescido no país a partir, primordialmente, de estudos e iniciativas do Instituto NOOS (organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1994, no Rio de Janeiro) com a participação do Doutor Adriano Beiras. A inclusão desse trabalho socioeducativo, voltado para homens que cumpriram ou cumprem penas por agressões físicas, sexuais e, inclusive, pelos assassinatos de mulheres e meninas, vem se mostrando uma medida importante na busca pela diminuição da violência contra a mulher que, em grande medida, surge da concepção cultural ocidental sobre os papéis sociais dos gêneros feminino e masculino nas relações familiares, no mercado de trabalho e nas esferas de poder (BEIRAS, NASCIMENTO e INCROCCI, 2019).

O caráter inovador da Lei Maria da Penha tem como destaques medidas protetivas de urgência em relação ao agressor com vistas também à prevenção e à interrupção do ciclo da violência, incluindo o trabalho com os grupos reflexivos com perspectivas de promover mudanças de atitudes em relação à violência de gênero (BRASIL 2006).

Segundo a Lei n.11.340, no Art.35 (BRASIL, 2006), a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências (vide Lei n.º 14.316, de 2022), centros de atendimento integral e multidisciplinar, as casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar, delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, programas e

campanhas de enfrentamento, centros de educação e de reabilitação para os agressores. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz pode determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação (BRASIL, 2022).

A efetivação da Lei 11340/2006, em seus artigos 22, 35 e 45, intensifica a necessidade e o trabalho da equipe multidisciplinar e a adoção de programas de reeducação do agressor. Ao pesquisar a literatura sobre trabalho com grupos reflexivos com homens que se envolveram em situação de violência doméstica, familiar ou afetiva contra a mulher, que se constitui como aliado às ações de atenção e proteção destinadas à mulher no âmbito da Lei Maria da Penha, encontramos uma diversidade de composições e trabalho com esses grupos. Nesse sentido, autores como MEDRADO, NASCIMENTO E LIRA (2023), ao discutirem o processo de transformação social em direção à equidade de gênero, afirmam que tal transformação exige também alterações substanciais no modo como homens e masculinidades são produzidos em nossa sociedade. A Lei Maria da Penha, contudo, conferiu legitimidade de política para a implementação de ações e políticas públicas para homens autores de violência ((BUHELLE E LIMA (2011). Entretanto, apesar de esforços e avanços diante dessa temática, ainda enfrentamos inúmeros desafios. Entre eles a escassez de políticas, projetos e ações com enfoque de gênero com homens em nosso país (ACOSTA, BRONZ E ANDRADE FILHO, 2005).

A respeito de como se dará este trabalho com a população masculina está devidamente previsto na seguinte orientação:

O Serviço de Responsabilização e Educação do agressor é o equipamento responsável pelo acompanhamento de penas e das decisões proferidas pelo juízo competente no que tange às agressões, conforme previsto na Lei 11.340/2006 e na Lei de Execução Penal. Estes deverão, portanto, estar vinculados ao sistema de justiça, entendido como sentido amplo (Poder Judiciário, Secretarias de Justiça Estadual e /ou Municipal). Por meio da realização de atividades educativas e pedagógicas que tenha por base uma perspectiva feminista de gênero, o Serviço de Responsabilização e Educação trabalhará no sentido de desenvolver a conscientização dos agressores quanto à violência de gênero como uma violação dos direitos humanos das mulheres e para a responsabilização destes pela violência cometida, contribuindo para a desconstrução de estereótipos de gênero, a transformação da masculinidade hegemônica e a construção de novas formas de vivenciar a masculinidade. Esse serviço compõem a Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e deverá atuar, de forma articulada, com todos os demais serviços, tendo como objetivo combater a violência contra a mulher (BRASIL,2008 p.1).

Não obstante, uma nova compreensão sobre como trabalhar com o homem autor de violência doméstica — expressão que surge em concorrência com o termo “agressor”, constante na redação da lei e que pressupõe uma vinculação da violência ao gênero masculino — tem sido construída a partir de estudos sobre masculinidades, o que levou à aprovação da Lei 13.984/2020 (BRASIL, 2020), a qual alterou o art. 22 da Lei n.º 11.340/06, acrescentando os incisos VI e VII, que possibilitam a participação do autor de violência doméstica em programa de recuperação e reeducação, e o seu acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio. Essa alteração reflete a importância da inclusão social dos homens autores de violência doméstica nas políticas públicas, na medida em que oportuniza a possibilidade de reflexão e de transformação social das realidades já postas (BRASIL, 2020).

Tais aspectos indicam a importância de pesquisas sobre esse tema, tendo em vista que existem poucos estudos que avaliam as intervenções e políticas voltadas aos homens no contexto da violência doméstica e familiar no Brasil (LOPES ;2017).

As políticas públicas voltadas para autores de violência doméstica e familiar ainda são muito frágeis, reforçando a importância e a necessidade de mais pesquisas, discussões e modelos de execução de intervenções em âmbito nacional (TONELI; BEIRAS; RIED, 2017).

Os grupos socioeducativos com homens são considerados uma parte importante da rede de cuidado para lidar com a violência doméstica e familiar, constituindo-se como espaço de reflexão e a possibilidade de ressignificar a forma de agir no mundo, possibilitando a promoção de relações saudáveis e respeitadas e contribuindo para a desconstrução do machismo e a cultura do patriarcado (SOARES, 2020). A proposta dos grupos enfatiza a oportunidade de os homens participantes refletirem sobre a conduta violenta, possibilitando a tomada de consciência e reflexão crítica sobre suas atitudes, de forma a não reproduzir ou imitar modelos vivenciados no seu contexto familiar, visando à prevenção da violência e às recidivas (ANTEZANA, 2012).

Na prática, os grupos reflexivos para homens não têm uma nomenclatura definida, sendo chamados de “reflexivos”, “educativos”, de “reeducação” e “reabilitação”, tampouco métodos e técnicas próprias e consagradas, o que dificulta e traz dúvidas sobre as estratégias e resultados do trabalho (BEIRAS; NASCIMENTO;

INCROCCI, 2019). Mesmo na diversidade de nomenclaturas e escassez de referências, um consenso é de que os grupos reflexivos não devem ter caráter psicoterapêutico, tampouco buscar substituir outros atores da rede de cuidado como medidas policiais, jurídicas, médicas, psicológicas voltadas à questão da violência (URRA; PECHTOLL, 2016)

Prates (2013) demonstra que a proposta do grupo reflexivo é uma iniciativa promissora a ser utilizada nos serviços de responsabilização para os homens autores de violência contra as mulheres. Para tanto, faz-se necessário que as medidas socioeducativas sejam implantadas como uma política pública vinculada à justiça e integrada à rede de serviços de atenção à violência. A consolidação desse serviço pode ser entendida como um avanço para a implementação da Lei Maria da Penha e o enfrentamento à violência contra as mulheres. Dessa forma, a vivência grupal masculina pode se constituir como um fator motivador para uma mudança significativa no comportamento do homem autor de violência doméstica e no contexto de prevenção à violência.

4. TEORIA SOCIAL COGNITIVA: O COMPORTAMENTO VIOLENTO E OS ASPECTOS EDUCACIONAIS

Albert Bandura (1925-2021) foi um psicólogo conhecido por suas contribuições à Teoria de Aprendizagem Social e à Psicologia Cognitiva. Ele introduziu conceitos importantes de como os indivíduos aprendem comportamentos e como esses processos influenciam a agência humana, a autorregulação, a autoeficácia e o desengajamento moral. A autora da Teoria Social Cognitiva, Albert Bandura, destaca a interação entre os fatores cognitivos, ambientais e comportamentais na aprendizagem e no desenvolvimento humano. Bandura enfatiza a importância da observação, da modelagem e da autoeficácia para a formação do comportamento. Ele comprova que as pessoas aprendem não apenas por meio de suas próprias experiências, mas também ao observar os outros e imitar seus comportamentos, processos conhecidos como aprendizagem vicariante e modelagem. Além disso, a autoeficácia, ou a crença em suas próprias habilidades para alcançar objetivos,

desempenha um papel crucial para a motivação e o sucesso pessoal (TOGNETTA, AZZI, BANDURA, 2015).

A agência humana, segundo Bandura, refere-se à capacidade de os indivíduos influenciarem, deliberadamente, suas próprias vidas e o ambiente ao seu redor. Ele identificou três formas de agência: I – Agência Pessoal, relativa à capacidade de o indivíduo agir e fazer escolhas de forma independente; II – Agência Proxy, referente ao momento em que o indivíduo influencia outros para agir em seu nome e III – Agência Coletiva, vinculada a processos nos quais grupos de pessoas atuam juntos para alcançar objetivos comuns. Outro conceito central na obra desse autor, a autorregulação, refere-se à capacidade de um indivíduo monitorar, controlar e direcionar seu próprio comportamento em direção a metas específicas. A autorregulação envolve auto-observação e o monitoramento constante do próprio comportamento (BANDURA, 2016).

Um fator central da autorregulação é a autoeficácia. Autoeficácia constitui a crença na própria capacidade de realizar tarefas e alcançar objetivos. Bandura destacou que a autoeficácia interfere na escolha de atividades, na propensão a enfrentar desafios, no esforço e na persistência diante de dificuldades, nos pensamentos e reações emocionais. Altas crenças de autoeficácia estão relacionadas a menos estresse, menos medo de falhar e mais sucesso na realização de atividades (BANDURA, 1986).

A Teoria da Aprendizagem Social é uma teoria de fenômenos psicológicos que destaca alguns aspectos do comportamento que escapam à abordagem ortodoxa comportamentalista, tais como os comportamentos resultantes de observação, imitação, ao mesmo tempo em que enfatiza a capacidade humana de autorregular e ser agente do seu próprio comportamento (BANDURA e WALTERS, 1963).

Bandura (2016) argumenta que os comportamentos agressivos são aprendidos por meio da observação de modelos significativos, como pais, amigos ou mídia. Destaca, ainda, a influência dos fatores cognitivos como crenças, valores e expectativas em relação ao desencadeamento e à manutenção do comportamento agressivo. Para a manutenção do comportamento agressivo, o autor argumenta que a agressão pode ser reforçada ou inibida por meio de consequências sociais, como recompensa ou punição.

A autorregulação e autoeficácia têm um papel de destaque em relação ao comportamento agressivo, colaborando com a auto-observação, a autoavaliação e a autorreação. Pensando, especificamente, o comportamento de homens agressores, a auto-observação diz respeito à identificação dos comportamentos, atitudes e gatilhos. Uma estratégia para possibilitar a auto-observação é o incentivo à elaboração de diários e registros, proporcionando a monitoração das reações e comportamentos, auxiliando a identificação de gatilhos de comportamento agressivo. Autoavaliação possibilita estabelecer metas específicas e ajuda a comparar os padrões de comportamento, promovendo uma reflexão crítica sobre suas ações. Na autorreação, propõe-se desenvolver um sistema de recompensas e punições autoimpostas, incentivando os homens a recompensarem-se por comportamentos positivos e refletirem sobre as consequências de comportamentos agressivos.

Nessa perspectiva, é importante, nos homens agentes de violência, o desenvolvimento da autoeficácia, no sentido de apoiá-los a persistirem nos esforços de mudança, mesmo diante de recaídas, reforçando a crença de que são capazes de mudar e superar desafios; trabalhar para reduzir o estresse e o medo de falhar, fortalecendo a confiança em suas capacidades de mudança ou, ainda, encorajá-los a se envolverem em atividades como participação em programas de manejo da raiva ou oficinas de comunicação não violenta.

Considerando-se que o processo de autorregulação refere-se à capacidade de monitorar, regular e controlar seu próprio comportamento, e que esse processo envolve a definição de metas, a avaliação do próprio desempenho em relação a essas metas e os ajustes necessários para alcançá-las (TOGNETTA; AZZI; BANDURA, 2015), se a pessoa estabelece reduzir comportamentos agressivos, eles monitorariam seu comportamento, identificariam situações desencadeadoras de agressão e aplicariam as estratégias para evitar ou lidar com essas situações de forma mais adaptativa.

Considera-se, na Teoria Social Cognitiva, uma perspectiva interacionista, a respeito, também, da moralidade, compreendendo as ações morais como produto da integração recíproca de influências cognitivas, afetivas e sociais (BANDURA, 2015). O pensamento moral envolve o uso de regras e padrões para julgar condutas, ligado à ação moral por meio da autorregulação afetiva. O raciocínio moral está ligado à ação

moral por meio da autorregulação afetiva, e da qual o agir moral é exercido (BANDURA, 1996).

Dessa forma, a tentativa de direcionar cuidado e atenção aos homens torna-se uma atividade de difícil execução. Como a violência constitui uma característica própria dos homens, comportamentos diferentes ou mudanças podem ser inviáveis, assim como o rompimento do ciclo da violência (SOARES; BARROS, 2015).

A prevenção e atenção da violência deve ser voltada para homens e mulheres, como aponta Saffioti (2004), salientando a necessidade de tratá-las como uma relação de gênero:

as pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente com a vítima, sofrendo estas algumas mudanças, enquanto a outra parte permanece sempre o que foi. Mantendo seu habitus, a relação pode, inclusive, tornar-se ainda mais violenta. Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas, poucos veem esta necessidade no agressor. As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta. (p.68)

Bandura procurou compreender o pensamento moral e, com isso, como as pessoas podem encontrar justificativas para cometer atos antissociais sem se sentirem culpadas ou censuradas por isso, o que ele denominou de desengajamento moral. O pensamento moral é um processo em que regras e padrões multidimensionais são usados para o julgamento da conduta, e o raciocínio moral está ligado à ação moral por meio da autorregulação afetiva, no qual o agir moral é exercido (BANDURA et al., 1996; BANDURA; AZZI; TOGNETTA, 2015).

Sobre o desengajamento moral, refere-se aos processos pelos quais os indivíduos justificam comportamentos antiéticos ou prejudiciais, permitindo que eles se engajem nesses comportamentos sem experimentar angústia moral. Bandura identificou várias estratégias de desengajamento moral, incluindo: justificção moral, que diz respeito a reinterpretar o comportamento como tendo um propósito moral ou socialmente benéfico; comparação vantajosa, que consiste em comparar o comportamento com ações mais prejudiciais de outros para parecer menos grave; o deslocamento de responsabilidade, no qual a pessoa atribui a responsabilidade das ações a uma autoridade ou circunstância ou a desumanização, quando as vítimas são vistas como menos humanas ou não merecedoras de tratamento ético. (BANDURA, 1986).

Esses conceitos são cruciais para entender como indivíduos aprendem comportamentos agressivos e podem ser aplicados ao contexto do trabalho com

homens agressores. Romper com a justificação moral implica desafiar as justificativas que os agressores podem usar para racionalizar seu comportamento, ajudando-os a reconhecer o impacto negativo de suas ações. As comparações vantajosas devem ser evitadas, considerando que tais comparações minimizam a gravidade do comportamento, promovendo uma visão clara e honesta das consequências de suas ações.

O deslocamento de responsabilidade é utilizado por agressores, buscando identificar comportamentos que motivam a agressão. No entanto, é necessário encorajar a assunção de responsabilidade pessoal, evitando a atribuição de culpa a fatores externos ou outras pessoas. Historicamente, utilizada como estratégia para justificar a violência sobre grupos e pessoas, a desumanização favorece o desengajamento moral e deve ser confrontada por meio da humanização das vítimas, promovendo empatia e a compreensão do sofrimento, ajudando os agressores a verem suas vítimas como seres humanos completos e dignos de respeito (BANDURA, 1986).

5. PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico explicita as etapas para o desenvolvimento da pesquisa até a validação do produto educacional. Nesse sentido, desenvolveu-se este trabalho em quatro etapas principais, a saber: revisão integrativa; grupo focal com profissionais que atuam em grupo reflexivo; elaboração do produto educacional e validação do produto por especialistas.

5.1 Revisão Integrativa

Para compreender e mapear o conhecimento da área sobre os grupos reflexivos, foi desenvolvida uma revisão de literatura, do tipo de revisão integrativa. O presente estudo seguiu as características do processo de construção de uma revisão integrativa a saber: i – elaboração da pergunta norteadora; ii – busca na base de dados científicos; iii – análise dos estudos selecionados; iv – discussão dos resultados e v – apresentação da revisão. (SOUZA *et al.*, 2010).

Para a elaboração da questão norteadora e definição das palavras-chaves, foi utilizada a técnica P. V. O., uma variação da técnica PICO, adaptada por Biruel e Pinto (2011). Nessa técnica, a letra P se refere à situação problema, participantes ou contexto; a letra V diz respeito às variáveis e/ou categorias que pretende estudar; e a letra O indica aquilo que se espera responder no estudo, ou seja, os resultados esperados. A partir da aplicação dessa técnica, selecionaram-se os artigos por meio de sua conexão com as palavras-chave analisadas. Utilizaram-se as seguintes palavras-chave: violência contra a mulher; homens autores de violência; Lei Maria da Penha. A partir da técnica P. V. O, definiu-se como questão norteadora, para a realização da primeira fase da revisão integrativa, a seguinte pergunta: qual o panorama de estudos no Brasil, utilizando os grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher como uma ferramenta de prevenção à violência, considerando as contribuições da Lei Maria da Penha dentro dessa política pública no período de 2013 a 2023?

Para contemplar a segunda etapa da revisão, foram selecionados os artigos nos seguintes bancos de dados: Google Acadêmico, Scielo, BVS (Lilacs-Index Psicologia), contemplando um total de 29 artigos que foram analisados e estudados para a pesquisa. Os dados foram analisados de forma qualitativa, buscando identificar categorias gerais a serem apresentadas de forma descritiva, comparando e relacionando as informações dos artigos em debate (figura 1).

Figura 1 – fluxograma de busca do estudo

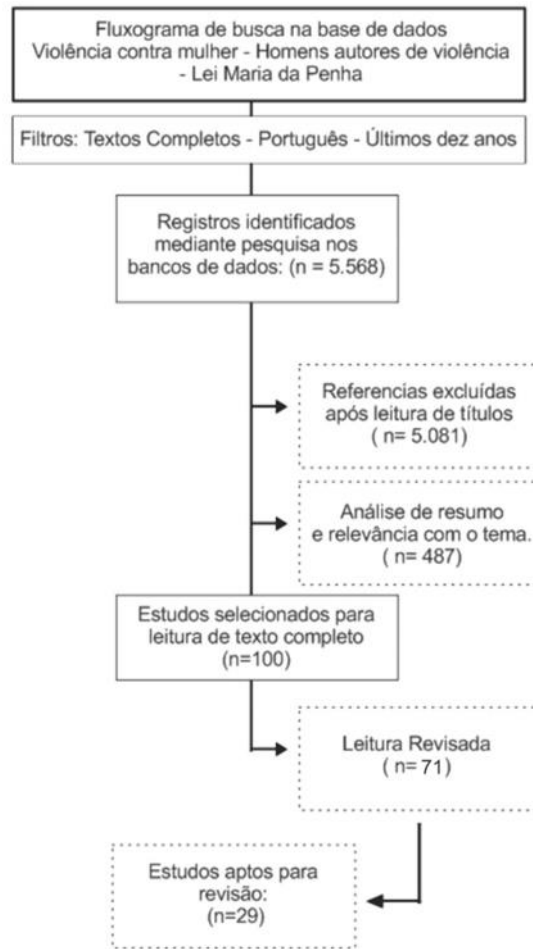


Figura 1– fluxograma de busca do estudo

Fonte: Autores

5.2 Pesquisa com profissionais atuantes em grupo reflexivo/socioeducativos

Com o objetivo de identificar as características e aspectos relacionados ao trabalho em grupo reflexivo com agentes de violência contra mulher, foi realizada uma pesquisa de campo, qualitativa, na qual se pôde apreender o discurso dos profissionais e ampliar a compreensão sobre a atividade e seus desafios.

5.2.1 Participantes

A pesquisa foi realizada com um grupo de profissionais da equipe multidisciplinar que atua no atendimento, direta ou indiretamente, a homens

agressores na cidade de Pinheiral, estado do Rio de Janeiro. Participaram do trabalho oito profissionais que compõem a equipe: um advogado, com oito anos de experiência na política pública e atendimento aos usuários; um Diretor de Proteção Especial, com tempo de oito anos atuando juntamente às ações do CREAS; uma Coordenadora da Vigilância Socioassistencial, servidora pública a quatro anos atuando no planejamento de ações e projeto de trabalho juntamente à equipe Multidisciplinar; uma Assistente Social e uma Psicóloga, ambas com quinze anos de experiência com os usuários no CREAS e servidoras públicas; uma estagiária de Psicologia, que atua há quatro meses juntamente à equipe do CREAS e um Agente Técnico Municipal, que atua, há dez anos, no acompanhamento e planejamento administrativo dos Conselhos Municipais e em ações da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos.

Os profissionais participantes trabalham, direta ou indiretamente, com os grupos reflexivos e socioeducativos no CREAS, que é vinculado à Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do município, e foram convidados e aceitaram participar da pesquisa. Importante salientar que o programa de acompanhamento aos agressores teve início há um ano.

5.2.2 Procedimentos para a coleta de dados

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de ética com o número CAAE 70082323.4.0000.5237 e configura-se como uma pesquisa qualitativa que utilizou grupo focal como estratégia de coleta de dados. Gomes (2014) afirma que a finalidade principal dessa modalidade de pesquisa é extrair das atitudes e respostas dos participantes do grupo sentimentos, opiniões e reações que resultam em um novo conhecimento. Grupos focais permitem a revelação dos significados que expressam o ponto de vista de quem foi pesquisado, desvelando as singularidades presentes na complexidade cultural do contexto, especialmente quando lidando com assuntos sensíveis. Sendo assim, tal pesquisa compreende-se no arcabouço teórico da perspectiva Fenomenológica Hermenêutica, buscando aprofundamento do estudo dos fenômenos individuais e sociais (CANUTO *et al.*, 2023).

A técnica do grupo focal privilegia a interação dos participantes entre si e com os pesquisadores, não havendo um roteiro inflexível e sim uma trilha de diálogos possíveis a serem conduzidos e explorados. Compreende-se que o grupo focal permite atingir os objetivos estabelecidos: identificar os desafios que afetam e surgem

dentro da prática com os grupos; analisar as percepções e impressões da equipe de profissionais em relação à temática; constatar perspectivas a respeito da prática dos profissionais, no ambiente de trabalho, no grupo e com os agressores (GATTI, 2005; RESSEL *et al.*, 2008).

Dessa forma, foram estabelecidos como tópicos a serem abordados durante o encontro: I – dificuldades e desafios na prática com grupos reflexivos de agressores; II – a cultura patriarcal e o machismo; III – a violência na sociedade; IV – as relações interprofissionais e interinstitucionais do atendimento realizado; V – conquistas e boas práticas no cotidiano profissional. No entanto, por se tratar de uma conversa, considerou-se a possibilidade de discussão de outros temas que poderiam emergir no diálogo entre os participantes e que são importantes para a compreensão do fenômeno estudado.

O encontro com os participantes foi realizado em uma sala de reuniões no Centro Universitário de Volta Redonda, local que sedia a pesquisa, para que pudessem falar livremente, sem vínculos com o local de trabalho. A reunião contou com a participação dos três pesquisadores, sendo conduzida, de forma direta, por dois deles. Iniciou-se apresentando os objetivos da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi lido e assinado por todos. Informou-se, ainda, que a reunião seria gravada para permitir a transcrição e análise dos dados. Após uma breve apresentação, os participantes foram encorajados a falar, livremente, sobre o assunto, enfatizando a importância da visão de todos.

5.2.3 Procedimentos de análise

A reunião teve a duração de duas horas e seis minutos, e todo o discurso foi transcrito na íntegra e submetido a várias leituras para a efetivação da análise crítica e o estabelecimento das categorias, que foram criadas de acordo com o descrito por Bardin (2015). O texto da descrição também foi submetido à análise gráfica via Teoria dos Grafos por identificação da estrutura do *corpus* textual, análise da matriz de co-ocorrência de palavras e análise de similitude e conexidade das palavras por meio do software IRAMUTEQ e R (SOUZA *et al.*, 2018; TINTI; BARBOSA; LOPES, 2021).

A construção das categorias de análise ocorreu após uma leitura extensa, análise do discurso e dos temas mais abordados durante o encontro com os profissionais técnicos, estabelecendo-se três categorias: violência contra a mulher e

sociedade patriarcal; medida punitiva *versus* medida educativa no acompanhamento do agressor e a tomada de consciência; desafios da prática dos profissionais multidisciplinares.

A transcrição das entrevistas contribuiu para a formação de um *corpus* textual codificado e analisado, utilizando o software Iramuteq. A Teoria dos Grafos embasa essa análise, especialmente, na aplicação da análise de similitude, facilitando a detecção de co-ocorrências entre termos e seus resultados (SALVIATI, 2017). Grafos, definidos como estruturas abstratas que mapeiam relações entre pares de objetos, por meio de vértices (ou nós) e arestas (conexões), são empregados para abordar questões em múltiplos campos, incluindo ciência da computação, engenharia, biologia e sociologia. Nesse estudo, foram utilizados métodos como dendrogramas, nuvens de palavras e análises de similitude para explorar os discursos das entrevistadas, proporcionando percepções mais profundas sobre o tema. A correlação entre as categorias analisadas e os grafos gerados permitiu uma exploração mais detalhada dos discursos dos participantes, enriquecendo a compreensão do fenômeno investigado (MELO, 2014; SANTANA; MATIAS; SANTANA, 2023).

5.3 Construção do produto educacional

O produto foi desenvolvido para auxiliar a organização e a ampliação de espaços reflexivos para homens agentes de violência contra a mulher. Tais espaços, apesar de serem preconizados na legislação, ainda se encontram pouco difundidos. Uma das dificuldades para sua implementação é a escassez de materiais de apoio com clareza de comunicação, prático e de fácil acesso.

O guia permite que o profissional tenha a compreensão aprofundada dos fatores que contribuem para a perpetuação da violência incluindo aspectos psicológicos, socioculturais e institucionais. Com essa pesquisa, levantaram-se dados relevantes em relação aos desafios e possibilidades da atuação dos profissionais multidisciplinares com grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica, a fim de construir o produto Educacional, no formato de um Guia Prático para ensino, apoio e pesquisa para profissionais que trabalhem com grupos reflexivos e/ou socioeducativos com homens autores de violência doméstica, considerando-se a abordagem da Teoria Social Cognitiva de Albert Bandura. O guia foi cuidadosamente

elaborado para ser uma ferramenta prática e acessível, auxiliando os profissionais a conduzirem grupos reflexivos de maneira ética, didática e acessível. A estrutura clara e a linguagem direta visam tornar o conteúdo facilmente compreensível, mesmo para aqueles que não possuem um conhecimento profundo sobre o tema.

Os espaços de reflexão para homens autores de violência podem proporcionar vivências de respeito para que possam trabalhar novos recursos psíquicos interpessoais por meio de estratégias e construção de novos modos de criar vínculos. Dessa forma, espera-se que desenvolvam a capacidade de controle, tolerância e outras habilidades que os relacionamentos íntimos exigem para que se tenha satisfação ao invés de violência e desamor (STENZEL, 2019).

O produto foi desenvolvido em diferentes etapas, envolvendo: pesquisa teórica; estruturação do conteúdo; desenvolvimento do texto; revisão e edição e diagramação e formatação. A pesquisa inicial realizou um amplo levantamento sobre violência doméstica, dinâmicas de grupos reflexivos e abordagens eficazes para a mudança de comportamento. A partir desses conteúdos, foi realizada a estruturação dos tópicos a serem desenvolvidos no produto, elencando os principais temas e conceitos essenciais para a compreensão do fenômeno estudado e a prática dos grupos reflexivos/socioeducativos. Com a estrutura organizada, passou-se à etapa de desenvolvimento dos textos, com especial cuidado e atenção para uma linguagem acessível e objetiva, incluindo resumos de conceitos importantes e diretrizes práticas, buscando abordar o assunto de forma direta e sintética. Os textos desenvolvidos passaram por processo de revisão para assegurar clareza, coesão e precisão das informações. Finalmente, o produto criou forma a partir da diagramação e formatação, buscando ser visualmente agradável, de fácil leitura e incluindo destaque para pontos-chave.

O material foi construído com base em uma reflexão sobre a ênfase em programas de caráter reflexivo e/ou psicoeducativos, evitando uma perspectiva patologizante da violência.

5.4 Validação do produto

Para validar o produto proposto, realizou-se uma etapa de validação por especialistas da área com o objetivo de avaliar a aplicabilidade e a pertinência do produto, a partir da visão de profissionais que têm experiência com tais atendimentos.

5.4.1 Instrumento

Para a validação por especialistas, foi utilizada a Escala de Validação por Especialistas de Produto Educacional proposta por Casiraghi, Aragão e Bicalho (2024). O instrumento contém perguntas sobre dados do avaliador que realiza a análise, como idade, gênero, formação, área de atuação, e 16 itens específicos sobre o produto a ser avaliado, distribuídos em três dimensões: organização, conteúdo e relevância, com respostas no formato de escala Likert que variam de “concordo totalmente” a “discordo totalmente”. A pesquisa de validação foi aprovada no comitê de ética número CAAE: 78748824.3.0000.5237 com número do parecer 6.158.316.

5.4.2 Análise dos dados

A análise dos dados coletados com os especialistas foi realizada por meio do Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC), uma medida quantitativa de validação. O CVC é aplicado para avaliar tanto a adequação individual de cada item quanto a do instrumento em sua totalidade, além da consistência das avaliações entre os juízes. O cálculo do CVC baseia-se nas pontuações atribuídas por cada juiz a cada item do questionário. Sugere-se que o grupo de juízes seja composto por, no mínimo, três e, no máximo, cinco profissionais com expertise na área temática do produto (Hernandez-Nieto, 2002).

Conforme proposto por Hernandez-Nieto (2002), o cálculo é realizado em cinco etapas. Na primeira etapa, calcula-se a média das notas de cada item com base nas notas dos especialistas (1 a 5). A seguir, O CVC inicial é calculado para cada item, constituindo-se a média das notas de cada item. Na terceira etapa, procede-se o cálculo matemático do erro, sendo este o resultado da unidade, dividido pelo número de avaliadores e elevado pelo número de avaliadores ($\text{erro} = [1 \div n]^n$, sendo n o número

de avaliadores). O CVC final de cada item é calculado com base na subtração do CVC inicial pelo erro.

Como fase final, o CVC das dimensões e total do questionário é calculado com base na média dos CVCs obtidos nos itens. Após a aplicação do cálculo, de acordo com as recomendações de Hernandez-Nieto (2002), a validade do CVC é considerada insatisfatória com valores menores que 0,8; satisfatória, quando os valores são iguais ou superiores a 0,8 e inferior a 0,9, e excelentes quando o resultado é igual ou superior a 0,9.

Dada a simplicidade dos cálculos, foi utilizada uma planilha de Excel.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1. Resultado da revisão integrativa

Quadro 1 – artigos selecionados para o estudo

Título e autor	Banco de dados	Tipo de estudo	Periódico	Ano	Área de publicação	Ideia central
Representação social da violência contra mulheres. Revisão dos estudos no Brasil Kalline e Flávia Silva de Lira	BVS	Teórico	Rev. de psicologia	2019	Psicologia	Os estudos da violência contra mulher, baseiam-se raramente na teoria das representações sociais, sendo encontrado um volume muito pequeno de produção na área da psicologia.

<p>Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas.</p> <p>Maísa Campos Guimarães e Regina Lúcia Sucupira Pedrosa</p>	SCIELO	Empírica	Artigo Psicologia & Sociedade	2015	Psicologia	Análises sobre a violência em suas dimensões subjetiva, histórica, social e cultural.
<p>Relações de Poder nas situações de violência doméstica contra a mulher</p> <p>Cristiane Lopes Amarijo, Aline Beleti Figueira, Aline Marcelino Ramos e Alex Sandra Ávila Minasi</p>	BVS	Teórico	Rev. Cuidar-te	2020	Saúde	Relações de poder presentes nas situações de violência doméstica contra a mulher.
<p>Representação social da violência contra mulher: Atuação Multiprofissional</p> <p>Alana Vasconcelos Castro Araújo, Francisca Maria Isabel Torres Frota, Letícia Pereira Louzeiro, Marcelly De Oliveira Barros, Maria Gabriela do Nascimento Araújo, José Victor de Oliveira Santos, Ludgleydson Fernandes de Araújo.</p>	BVS	Teórico	Rev. Summa psicol. UST	2018	Psicologia	A importância da participação competente, ativa e política dos profissionais que lidam com a violência doméstica.
<p>Renúncia, violência e</p>	BVS	Teórico	Rev.Ciência s. Saúde	2019	Saúde	Objetiva-se analisar as representações sociais

denúncia: representações sociais do homem agressor sob a ótica da mulher agredida Vannuncia Karla de Medeiros Nóbrega João Márcio Pessoa Júnior Ellany Gurgel Cosme do Nascimento Francisco Arnoldo Nunes de Miranda			Coletiva			do comportamento agressivo do homem sob a ótica da mulher agredida.
Qual o efeito da violência contra a mulher brasileira na autopercepção da saúde? Mércia Santos Cruz Guilherme Irffi	SCIEL O	Empíri ca	Rev.Ciênc. Saúde Coletiva	2019	Saúde	Objetiva-se analisar o efeito da violência contra a mulher na autopercepção da saúde.
Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013 Lídia Ester Lopes da Silva Maria Liz Cunha de Oliveira.	SCIEL O	Empíri ca	Rev.Ciênc. Saúde Coletiva	2019	Saúde	Análise da produção científica sobre a questão da violência contra a mulher, publicada entre 2009 e 2013
Produções Científicas Brasileiras em Psicologia sobre violência contra mulher por parceiro íntimo Beatriz Gross Curia Júlia Carvalho Zamora Isadora Silveira	SCIEL O	Teórico	Art. Ciência e Profissão	2020	Psicologia	A violência contra a mulher por parceiro íntimo caracteriza-se por atitudes que, dentro de uma relação íntima, provocam danos físicos, sexuais ou mentais.

Ligório Victória Dias Gonçalves Aline Ruoso Luísa Habigzang						
Violência contra a mulher: polícia civil e políticas públicas Tatiana Machiavelli Carmo Souza Flávia Resende Moura Santana Thais Ferreira Martins	SCIELO	Empírica	Pesquisas e Práticas Psicossociais	2018	Psicologia	Conhecer as concepções de VCM em policiais civis alocados em uma DEAM, bem como investigar as suas intervenções profissionais e as políticas públicas para as mulheres em contexto de violência.
Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial Júlia Magna da Silva Teixeira Sabrina Pereira Paiva	BVS	Teórico	Rev.Physis (Rio J.)	2021	Saúde	Objetiva-se compreender as percepções e práticas de profissionais de um (CAPS) diante da violência contra a mulher.
Atendimento a Mulheres em situação de Violência: A experiência de profissionais de um CREAS Patrícia Regina Bueno Incerpe Vera Engler Cury	BVS	Teórico	Estudos e Pesquisas em Psicologia	2020	Psicologia	Pesquisa realizada com profissionais de um CREAS localizado em uma cidade do interior do estado de São Paulo, com aproximadamente 300 mil habitantes.
Violência, Justiça e Direitos Humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no	SCIELO	Teórico	Cadernos Pagu	2015	Direito	Análise dos modos de produção da justiça nos casos de "violência de gênero".

campo da "violência de gênero"						
Theophilos Rifiotis						
O CREAS PAEFI na perspectiva de mulheres vítimas de violência e profissionais: uma análise a partir da teoria bioecológica do desenvolvimento humano	SCIELO	Empírico	Psicologia em Revista	2018	Psicologia	Objetiva-se investigar se o CREAS PAEFI de um município de certo estado, compunha a rede de apoio social e afetiva de mulheres vítimas de violência por seus companheiros.
Nailane Fabris Rosa Célia Regina Rangel Nascimento.						
Lei Maria da Penha: Uma análise crítica a luz da criminologia feminista	BVS	Teórico	Saúde e debate	2019	Saúde	O direito penal sempre serviu a manutenção de um estado de coisas, e não a promoção dos Direitos humanos.
Beatriz de Oliveira Monteiro Marques, Regina Maria de Carvalho Erthal, Vânia Reis Girianelli						
Direções institucionais da igualdade de gênero	BVS	Teórico	Rev. Direito e prax	2022	Direito	Falta de diálogo entre os operadores de direito e gestores de políticas públicas para adoção de uma visão integrada da lei.
Marta Rodriguez de Assis Machado Mariana Mota Prado						
Desafios na implementação da Lei Maria da Penha	BVS	Teórico	Rev. Direito Gv	2015	Direito	A complexidade da violência doméstica e familiar assumida pela referida lei fez com que apostasse em

Carmen Hein de						tratamento integral. (Rede de atendimento)
As intervenções com a autores de violência doméstica e familiar no Brasil e suas relações com a Lei Maria da Penha Raíssa Jeanine Nothhaft Teresa Kleba Lisboa	SCIELO	Teórico	Cadernos Pagu.	2021	Direito	Os grupos funcionam como impulsionadores de responsabilização perante a violência. Mas seus efeitos não são os mesmos para todos os participantes. Por isso, a necessidade dos monitoramentos internos.
Características de personalidade de agressores conjugais: Um estudo qualitativo Gabriela Quadros de Lima Stenzel	SCIELO	Empírico	Pensando famílias	2019	Psicologia	Conhecer características da personalidade do agressor por meio do método de Rorschach. Constatou que apenas 1 apresentou problemas psicopatológicos.
Programa de atenção a homens autores de violência contra as mulheres; um panorama das intervenções no Brasil. Adriano Beiras, Marcos Nascimento Caio Incrocci	BVS	Empírico	Saúde e sociedade	2019	Psicologia	Programas apresentam vínculos governamentais. O serviço faz parte de diferentes políticas públicas. Processo de avaliação e monitoramento, pontos de conflitos e o predominante modelo cognitivo comportamental.
O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar?	SCIELO	Teórico	Rev. estudos feministas	2019	Serviço social	Estudos sobre a importância de incluir os homens e a prevenção da violência após a promulgação da Lei Maria da Penha 11.340-06, e a fragilidade da rede de enfrentamento à

Raíssa Jeanine Nothhaft Adriano Beiras						violência.
Percepções sobre intervenções grupais com homens autores de violência contra as mulheres Juliana de Oliveira Fábio Scorsolini Comin	SCIELO	Empírico	Psicologia e sociedade	2021	Psicologia	Intervenções Psicossociais pesquisa biológica. Visa ressignificar uma trajetória cultural machista e violenta.
Política Pública e violência contra mulher. A importância da responsabilização e ressocialização do agressor. Waldeir Estáquio dos Santos Maria Lúcia de Souza Ramos Dayane de Paula Pereira Márcia Maria das Neves Pereira Tamires Lorena S.dos Santos Raylaine Álvares de Souza Silva Priscila Rosa de Souza	google Acadêmico	Teórico	Anais 16º congresso brasileiro de assistentes sociais	2019	serviço social	Identificar e analisar medidas de combate à violência contra as mulheres com foco na responsabilização e ressocialização do homem agressor.
Atenção a homens autores de violência doméstica contra as mulheres: uma revisão de literatura. Leandro	Google acadêmico	Teórico	<i>International journal of development resource</i>	2021	Segurança pública	Destaca a necessidade de adotar políticas de natureza extrapenal de prevenção e assistência voltada para homens autores de violência.

Antunes Lopes Fernandes Ana Patrícia de Oliveira Fernandez Érica Cristina de Carvalho Silva Pereira and Maély Ferreira Holanda Ramos						
Grupos Reflexivos para homens autores de violência como medida protetiva no enfrentamento à violência contra a mulher. Deise Acosta Almeida	google acadê mico	Teórico	Artigo de conclusão de curso	2021	Serviço social	Refletir sobre os grupos reflexivos para homens agressores enquanto estratégia de enfrentamento ao machismo.
Atenção psicossocial a homens autores de violência conjugal contra a mulher: uma constituição participativa Fabiane Aguiar Silva Fernanda Priscilla Pereira da Silva Enio de Souza Tavares Herbert Santana Garcia Oliveira André Luis Machado Neves Iolete Ribeiro Da Silva Kátia Neves Lenz de Oliveira (In memorian)	google acadê mico	Teórico	Pesquisas e práticas psicossocia is	2015	Psicologia	Este estudo apresenta uma metodologia de intervenção desenvolvida para homens autores de violência durante um projeto de educação e atendimento psicossocial chamado "catálogo cidadania".
A reeducação do homem agressor: Grupo Reflexivo de violência doméstica Anabel Guedes	google acadê mico	Teórico	Rev. de Constitucio nalização do Direito brasileiro- RECONTO	2020	Direito	Reflexão crítica acerca do trabalho com homens autores da violência contra a mulher no Brasil.

Pessoa Paula Isabel Bezerra Rocha Wanderley						
Relações Patriarcais de gênero e lei Maria da penha: capacitação para profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência em Mossoró-RN Fernanda Marques de Queiroz Jaqueline Dantas Maria Lidiana Diniz Marwyla Gomes de Lima	Google acadê mico	Teórico	Rev. Extendere	2014	Serviço social	Proporcionar uma reflexão crítica acerca das desigualdades sociais de gênero.
A produção científica Brasileira sobre homens autores de violência: reflexões a partir de uma revisão crítica de literatura Rodrigo Caio de Padula Novaes Guilherme Arthur Possagnoli Freitas Adriano Beiras.	Google acadê mico	Teórico	Barbará	2018	Direito	Panorama geral de estudos na área da violência contra a mulher de 2006/2016.
Violência Doméstica contra Mulheres e Gestão de Políticas públicas: Cruzamentos e contrapontos na aplicação de	Google acadê mico	Teórico	Congresso Latino- Americano	2013	Serviço Social	Cruzamentos e contrapontos entre a rede de cuidado.

estratégias de intervenção com homens autores de violência.						
Andrea Catalina León Gabriela Stellet Juneflower Franco Delton R.S Meirelles						

Quadro 1– artigos selecionados para o estudo

Fonte: Autores

A respeito dos 29 artigos selecionados para esta análise, onze pertencem à área de psicologia, seis à área de saúde, seis ao Direito, um à segurança pública e cinco ao serviço social. As diversas pesquisas abordam múltiplas esferas que englobam diversos atores em contextos variados. A maioria dos estudos é de natureza teórica, propondo análises e reflexões críticas acerca da violência contra a mulher e a perspectiva dos agressores. Oito trabalhos incluem dados empíricos com abordagem qualitativa, permitindo uma exploração aprofundada do tema e oferecendo uma perspectiva mais subjetiva. Dos 29 artigos, 21 foram publicados no período entre 2018 e 2021, com o ano de 2019 apresentando o maior número de publicações, totalizando nove.

Nos artigos examinados, a compreensão abrangente do tópico indica que a violência contra a mulher é um fenômeno complexo que envolve toda uma rede de cuidados e políticas públicas diversas. A Lei Maria da Penha, ao considerar a violência doméstica contra mulheres como uma violação dos direitos, traz à discussão a necessidade de romper com esse ciclo, demandando coragem e determinação, uma vez que confronta uma sociedade de cunho patriarcal. A Lei Maria da Penha representa uma gama de ações voltadas para confrontar os modos pelos quais as instâncias governamentais lidam com os conflitos envolvendo a violência de gênero. Isso reflete e alimenta a compreensão coletiva do fenômeno da violência doméstica e familiar contra as mulheres. Lidar com esse desafio envolve compreender como as noções de masculinidade foram culturalmente construídas e requer uma reconfiguração social abrangente, o que se manifesta nas práticas e na dinâmica de

poder que emerge durante a aplicação da lei, embora não se restrinja exclusivamente a ela (LEÓN *et al.*, 2013).

De acordo com Incerpe & Cury (2020), as iniciativas de proteção e tratamento têm sido ampliadas. Entretanto, a violência contra a mulher continua a ser um fenômeno oculto e subnotificado. As estatísticas disponíveis não refletem a totalidade da situação, o que evidencia os desafios que as mulheres enfrentam para acessar as políticas públicas relevantes. Isso realça a necessidade de garantir o acesso dessas mulheres aos recursos da rede de cuidados, bem como de compreender as abordagens profissionais empregadas nesses contextos para aprimorar a qualidade do atendimento. Refletir sobre essas abordagens também pode ser um meio para alcançar resultados mais efetivos.

Conforme Campos (2015), é essencial adotar uma abordagem abrangente para compreender a violência doméstica e familiar, conforme previsto na Lei 11.340. Essa legislação adota uma perspectiva integrada, fomentando uma abordagem mais coordenada que envolve uma variedade de atores, abrangendo políticas públicas em níveis federal, estadual e municipal, bem como organizações da sociedade civil. A Lei Maria da Penha supera a abordagem restrita e segmentada ao promover uma concepção de instituições interconectadas e colaborativas, agindo em complementaridade. Isso resulta em contribuições enriquecendo-se mutuamente por meio de suas distintas especializações.

Em um estudo centrado nas percepções e práticas de saúde mental diante da violência contra a mulher, Teixeira e Paiva (2021) indicam que a perspectiva dos profissionais se alinha com os resultados da pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (BUENO *et al.*, 2023), que indicou um aumento na violência contra a mulher nos últimos anos. Essa constatação levanta a reflexão sobre o crescimento epidemiológico significativo desse fenômeno, frequentemente silenciado, subnotificado e desafiador. De acordo com as percepções dos profissionais, as agressões e o silenciamento estão relacionados a sintomas psicopatológicos, visto que muitas vítimas de violência sofrem com consequências como transtornos de estresse e depressão. Assim, é relevante abordar a demanda considerando o histórico da vítima, direcionando a atenção do profissional para as consequências e não somente para o ato violento em si. O estudo realizado por Cúria e colaboradores (2020) reitera que a violência dirigida às mulheres afeta a saúde mental de diversas

formas, gerando repercussões psicológicas e sociais. Isso revela o papel crucial da psicologia como disciplina e profissão no enfrentamento da violência contra a mulher.

Para uma compreensão mais aprofundada dos tópicos explorados nos artigos analisados, foram estabelecidas duas categorias: a violência contra a mulher e a questão de gênero e grupos reflexivos como estratégias de enfrentamento à violência. Essas categorias abordam, detalhadamente, os temas discutidos, estabelecendo correlações entre as diversas produções.

6.1.1. A violência contra a mulher e a questão do gênero

Na tentativa de elucidar os mecanismos subjacentes à violência, Lira (2019) explora a concepção de violência em contraposição ao diálogo, apontando-a como um método de manutenção de poder. No contexto da violência contra a mulher, ela é considerada uma forma de violência de gênero, manifestando-se como um fenômeno complexo e diversificado. Essa perspectiva ressalta o contexto de opressão que envolve a relação entre indivíduos mais fortes e mais fracos. A violência de gênero é um problema abrangente, originado de múltiplas causas e presente em diversos países. Apesar dos progressos legais no âmbito dos Direitos Humanos, as mudanças substanciais requerem ações para além da legislação, implicando a implementação prática e eficaz dessas leis.

Conforme a avaliação realizada por Nóbrega e colaboradores (2019), a cultura do patriarcado fortalece a concepção naturalizada da violência ligada à masculinidade e ao agressor. Guimarães & Pedroza (2015) oferecem uma significativa contribuição para a compreensão do conceito de gênero e seus efeitos na construção subjetiva dos sujeitos, sejam homens ou mulheres. Eles também enfatizam a influência das relações sociais que emergem dessa perspectiva, marcadas por desigualdades de poder. A violência contra a mulher é uma realidade que transcende diversos contextos. Quebrar esse ciclo equivale a desafiar os paradigmas de uma sociedade patriarcal que perpetua padrões patriarcais enraizados na falocracia. Superar essa construção sociocultural do feminino é apontado por Amarijo et al. (2020) como uma necessidade. Em consonância, Araújo *et al.* (2018) ressaltam a importância do trabalho de equipes multidisciplinares especializadas no enfrentamento à violência, propondo que esse enfoque poderá conduzir a resultados mais promissores.

Cruz & Irffi (2019) contribuem por meio de seu estudo, realçando a necessidade de ampliar investigações, estudos e intervenções realizadas pelas equipes multidisciplinares de saúde mental, focando nas mulheres vítimas de violência. O estudo enfatiza a importância da atuação coordenada entre os setores de saúde, assistência social e direitos humanos, uma colaboração que se mostra crucial para a obtenção de melhores desfechos. A problemática da violência doméstica contra a mulher, por sua vez, se configura como um desafio abrangente, abordado por diferentes setores como polícia, justiça e políticas públicas, sendo considerada uma das principais formas de violação de direitos (SOUZA; SANTANA; MARTINS, 2018).

6.1.2. Grupos reflexivos como estratégia de enfrentamento à violência

Compreendendo que a Lei Maria da Penha representa um marco significativo no arcabouço jurídico, sua promulgação trouxe avanços notáveis, incluindo a disposição legal para intervenções com homens envolvidos em violência doméstica e familiar no Brasil (NOTHAFT; BEIRAS, 2019). Fernandes et al. (2021) e Beiras et al. (2019) destacam a importância de incorporar políticas de cunho extrapenal de prevenção e assistência que abarquem os homens perpetradores de violência. Tais políticas buscam promover grupos reflexivos, visando combater a violência contra a mulher e a repetição de padrões machistas, com o intuito de facilitar a conscientização e abordar aspectos relacionados à prevenção, objetivando a redução da reincidência.

Persiste ainda considerável preconceito em relação aos referidos grupos, uma vez que coexistem a oportunidade de estabelecer espaços de reflexão e a apreensão pelas vítimas que enfrentam tais formas de violência. Esse cenário implica que a sociedade, de alguma maneira, tende a desvincular a criminalização e a atribuir responsabilidade aos homens envolvidos na violência, sem dispor de meios específicos e recursos financeiros destinados a facilitar a participação desses indivíduos em espaços de autocrítica de suas ações. Isso resulta em uma maior complexidade na alteração de seu comportamento no âmbito familiar (PESSÔA; WANDERLEY, 2020; SILVA *et al.*, 2015).

Os grupos reflexivos voltados para homens envolvidos em casos de violência doméstica contra mulheres estão presentes no Brasil desde a década de 1990. Essa abordagem ressalta a existência de um conflito na sociedade brasileira entre a

tendência de adotar uma cultura carcerária e os resultados insatisfatórios do encarceramento como intervenção preventiva e educativa diante dessa forma de violência. A insuficiência de recursos destinados aos serviços de responsabilização dos homens autores de violência contra as mulheres é uma realidade evidente (ALMEIDA, 2021).

Fernandes *et al.* (2021) constataram que, apesar dos avanços trazidos pela Lei Maria da Penha, ainda enfrentamos diversos desafios para a integração do agressor masculino no contexto da intervenção, abordando a dinâmica conjugal com vistas a evitar a reincidência e a persistência da violência. A análise dos estudos realizados por esses pesquisadores revelou que o agressor, muitas vezes, é deixado de lado pelas políticas públicas, que tendem a focar na punição do acusado. Ressalta-se que, a sociedade, frequentemente, encara o homem agressor como alguém detestável, a ser excluído da comunidade. No entanto, ao longo do tempo, algumas pesquisas identificaram preconceito e outras abordagens consideradas "adequadas" para esses homens. Além de não alcançar os resultados desejados, essas abordagens muitas vezes agravam ainda mais o cenário da violência contra a mulher (PESSÔA; WANDERLEY, 2020; SILVA *et al.*, 2015).

A prevenção e assistência dirigidas aos homens autores de violência, por meio de grupos reflexivos, emergem como uma perspectiva valiosa e alternativa eficaz no enfrentamento à violência contra a mulher e à perpetuação de padrões machistas. Nesse sentido, os grupos reflexivos representam não apenas uma oportunidade de reeducação, mas também de prevenção de condutas que culminam em violência. Eles proporcionam um espaço propício para resgatar o diálogo por meio da conscientização e responsabilização dos participantes, com foco na abordagem e prevenção da violência doméstica e familiar, com o intuito de evitar reincidências (FERNANDES *et al.*, 2021).

Conforme apontado por Beiras *et al.* (2019), esses grupos têm sido denominados de diferentes maneiras, embora a designação "reflexivos" seja a mais frequente. Essa diversidade terminológica reflete a ausência de uma metodologia uniforme adotada pelos profissionais envolvidos. Beiras afirma que o principal desafio reside em promover uma análise crítica buscando compreender os pilares sociais e culturais que reforçam a violência doméstica e de gênero. Importante salientar que essas dinâmicas no campo grupal podem colaborar para a conscientização dos

agressores, levando-os a reconhecer a responsabilidade por seus atos, e conseqüentemente a menores índices de violência. É relevante observar que esse processo implica transformações subjetivas, em atitudes e em formas de interação com a família. Nesse contexto, os homens são convocados a assumir a responsabilidade pela promoção da paz e da harmonia no ambiente familiar.

A construção da masculinidade é moldada por fatores sociais, decorrendo de elaborações culturais complexas, configurando um espaço simbólico que reflete emoções, comportamentos e sentimentos. Nesse contexto, são estabelecidos padrões que devem ser seguidos, sendo aqueles que os desafiam sujeitos a críticas morais (PESSÔA; WANDERLEY, 2020). A abordagem psicossocial mencionada induz a reflexões que contribuem para a teoria e prática de uma psicologia de caráter genuinamente social, transcendendo a lacuna de considerações sobre a violência. Ao compreender a violência nas relações conjugais como um fenômeno oriundo dos conhecimentos sociais, discutem-se propostas de intervenção políticas para lidar com a violência doméstica e conjugal, independentemente de serem de natureza preventiva, interventiva ou propositiva (SILVA *et al.*, 2015).

A problemática da violência de gênero demanda uma análise e reflexão mais abrangentes, visando desconstruir a abordagem simplista de agressores e vítimas, e promovendo uma compreensão mais profunda da dinâmica da violência doméstica. Nesse contexto, é fundamental reconhecer a relevância de abordar essa questão considerando as perspectivas de ambos os envolvidos na relação (NOVAES; FREITAS; BEIRAS, 2018).

6.2. Discussão da revisão integrativa

O presente trabalho realizou um levantamento bibliográfico sobre artigos que abordam a violência contra a mulher, destacando aqueles que se debruçam a compreender e refletir sobre o trabalho com os agressores. A existência de legislação específica sobre a violência contra a mulher no Brasil não é suficiente para minimizar ou acabar com o problema, considerando as concepções sobre família, masculinidade e feminilidade. Assim, os demais temas que permeiam essa questão interferem, diretamente, nos comportamentos e atitudes de homens e mulheres.

Diante desse contexto, nos últimos anos, foram criadas legislações importantes como: a Lei Maria da Penha, que propõe ações voltadas para o homem autor de violência doméstica, numa perspectiva de contenção da reincidência, por meio do desenvolvimento de ações com agressor, por meio de grupos de reflexão, produzindo, assim, ações mais humanizadas, visando provocar nos agressores novas experiências, por meio do questionamento de suas ações, da reflexão sobre seus atos, ampliando a escuta e o trabalho ouvindo os dois lados, o da vítima e do agressor, e, com esse trabalho, refletir a lógica do modelo hierárquico e desiguais entre homens e mulheres. As intervenções com autores de violência, principalmente em formato de grupos reflexivos, são espaços dialógicos que possibilitam que os participantes sintam a necessidade interna de superar seus problemas, o que se intitula de implicação subjetiva para mudança. Essa implicação é muito importante, pois é um processo interno que, por meio do grupo reflexivo, pode ser facilitado e compartilhado.

Importante oportunizar esses espaços de reflexão a esses homens, proporcionando vivências de respeito para que possam trabalhar novos recursos psíquicos interpessoais, por meio de estratégias e construção de novos modos de criar vínculos. Dessa forma, espera-se que desenvolvam a capacidade de controle, tolerância e outras habilidades que os relacionamentos íntimos exigem para que se tenha satisfação ao invés de violência e desamor (STENZEL, 2019).

Em relação às abordagens teóricas e epistemológicas, é importante refletir sobre a ênfase em programas de caráter reflexivo e/ou psicoeducativos, para evitar uma perspectiva patologizante da violência. Nesse caso, destaca-se o protagonismo dos movimentos feministas em prol de igualdade e proteção aos direitos das mulheres e que vem buscando modificar questões anteriormente vistas como estritamente da vida privada, trazendo para uma responsabilidade coletiva. Essa prática de assistência ao homem agressor de mulheres, em grupos reflexivos e/ou psicoeducativos, se apresenta como uma importante ferramenta para que ele possa refletir sobre seu comportamento violento, naturalizado pelo contexto cultural. (FERNANDES *et al.*, 2021).

Em uma sociedade patriarcal, os comportamentos são socialmente predeterminados pelos papéis de gênero, já que se esperam certos comportamentos das mulheres e dos homens, dentre eles a impulsividade, a agressão, a individualização são comportamentos aceitáveis para os homens, mas negados às

mulheres. Destas, por sua vez, esperam-se aceitação, submissão e ligação. Ao reproduzirmos essa lógica, inclusive nos espaços de saúde, contribuímos para que a violência, às vezes, seja naturalizada. Por isso, ressalta-se a importância de profissionais com conhecimento e abertos ao diálogo com a rede de cuidado.

Os resultados apresentados podem auxiliar a compreensão do fenômeno da violência por parceiro íntimo a partir de uma perspectiva mais ampla, a qual engloba aspectos individuais, familiares e socioculturais. Ademais, estes podem fomentar novas pesquisas, no sentido de apontar potencialidades e carências de estudos empíricos brasileiros de psicologia sobre a temática. Destaca-se, ainda, a importância do investimento em novas pesquisas que avaliem intervenções tanto preventivas como terapêuticas, tendo em vista a influência da violência na família de origem, na vivência de violência do parceiro íntimo, e as graves consequências individuais, familiares e sociais.

Finalmente, apontar os avanços da experiência por meio da vivência grupal masculina é de extrema relevância para a mudança significativa no comportamento do homem autor de violência doméstica, de modo a contribuir não apenas para a redução dos índices de violência contra mulher, mas também para a desconstrução das desigualdades de gênero, revertendo essa situação de injustiça e desrespeito perpetrada contra a mulher.

6.3. Pesquisa com profissionais

As categorias a seguir são de extrema relevância para a pesquisa proposta nesta dissertação. Por meio destas, analisam-se tanto o padrão discursivo dos profissionais — em sua prática com grupos reflexivos/ socioeducativos com homens autores de violência —; quanto por grafos, o que permite refletir sobre determinados conceitos, fundamentais para a desconstrução de crenças que perpetuam a violência.

6.3.1. Análise dos discursos

A análise dos discursos dos profissionais que atuam com grupos reflexivos para agressores no município de Pinheiral revela várias dimensões de um trabalho que é de grande relevância social, mas que também suscita sentimentos complexos e, por vezes, contraditórios. Esses profissionais manifestam uma postura crítica em relação

à maneira como a sociedade percebe a violência contra a mulher e à compreensão do trabalho com os agressores.

A postura profissional é permeada de conflitos pessoais, vivências, crenças e posturas políticas e ideológicas que compõem as experiências relatadas durante a entrevista. Dessa forma, a apresentação das categorias separadas tem função de organizar e explicitar aspectos relevantes do discurso, mas os temas estão correlacionados.

6.3.1.1. Violência contra mulher e sociedade patriarcal

A análise do relato dos profissionais permitiu identificar uma compreensão de que a nossa cultura, ainda, é muito marcada por uma sociedade machista, que traz consigo a desvalorização do feminino; enquanto a masculinidade dominante é percebida com maior valor, trazendo consigo o entendimento enganoso do poder masculino sobre o feminino, e não a valorização da singularidade dos papéis distintos e complementares. A fala da assistente social exemplifica esse pensamento quando afirma: “é aquela construção cultural, da sociedade patriarcal, que o marido chega em casa e a mulher tem que correr, colocar o chinelo no pé dele. E aí você desconstruir é muito difícil.”

Em outro trecho, a Assistente Social completa:

então eu acho que isso cai na situação da cultura patriarcal, a gente vem de um país, a gente não pode esquecer dos nossos, né? Da nossa centralidade vem do país que nós fomos como pessoas esturpadas para colonizar o país, pra se fazer um país. Então a nossa ancestralidade, ela já vem com um sentimento de inferioridade, e de que o homem é quem manda, né? Então a gente tem que ver, estudar todo esse contexto cultural e entender. Eu queria entender quem que falou para o homem que ele é poderoso, né? É um homem teve essa visão, né? De poder de mando, poder de fala, né? De poder decisivo.

O mesmo tema é abordado pela coordenadora da vigilância socioassistencial:

(...) Porque, na verdade, a gente não tem direitos iguais aos homens. O nosso direito só vai ser igual ao do homem o dia que o homem também tiver a obrigação de cuidar dos filhos, de lavar, de passar, de cozinhar, né? Com o homem subir as obrigações dele para se equiparar a mulher, porque quando a mulher vem de um histórico de igualdade ela só agregou.

Os profissionais afirmam que esses padrões patriarcais são reproduzidos e reforçados em várias esferas da vida, principalmente no âmbito religioso, como pode ser observado nos discursos da psicóloga que acompanha os grupos reflexivos:

que as mulheres falam muito de textos bíblicos, falam de submissão. (...) Tem essa questão do medo, da exclusão dentro da rede social, né? Aí é da religião mesmo. Ah, mas aí eu vou ser excluída da igreja, da sociedade que ela está, né? Determinado cargo dentro da igreja, por não ser casada, não vai poder continuar executando. Existe uma pressão social, sim.

A forma como a religião colabora para a manutenção de um modelo machista também é abordado pela Assistente social:

(...) independente de igreja, eu fui criada no kardecismo, isso é “karma”. Você vence agora para não ir à próxima. Minha mãe está lá, eu tolero o seu pai para na próxima encarnação ele vir como irmão. Então ela passou anos a vida dela com o meu pai, ele era terrível, mas ela aguentou, porque os princípios kardecista dela mostravam que essa encarnação ela tinha que estar ali. Então não é, a gente coloca muito a igreja evangélica, é porque ela que mais aparece, mas é toda a religião.

A reprodução dos padrões sociais e das experiências familiares são identificadas como formas de fortalecimento dos modelos patriarcais. O comportamento violento e submissão da mulher são normalizados e retratados nas famílias e grupos sociais.

(...) E aí a gente entrava com a questão dos padrões de comportamento, né, daquela pessoa que muitas vezes é criada no ambiente hostil e ele aprende que aquela é a maneira de correção. Ele aprende que aquela maneira é a correta de se liderar uma família, né? E aí ele vai reproduzindo aquilo para a vida. Ah, eu apanhei e me tornei um homem honesto, capaz. Então eu vou bater também para que o meu filho seja honesto e capaz e muitas vezes, com a mulher, figura submissa, mas no sentido de ter que aceitar qualquer coisa, né? Se eu sou provedor da casa, essa mulher tem que me servir de todas as formas, então a gente vinha trabalhando essa questão dos padrões de comportamento. (Psicóloga).

6.3.1.2 Medida punitiva *versus* medida educativa

Como a maioria dos homens participantes dos grupos reflexivos são aqueles encaminhados por medida punitiva, ou seja, têm obrigatoriedade de participação, os profissionais apontam a necessidade de reforçar e incentivar a participação dos homens nessas atividades para que os modelos de comportamento e percepções sobre as mulheres possam ser questionados, levando a mudanças mais efetivas e duradouras.

(...) A maior parte do público atendido e acompanhado é feminino, as mulheres buscam mais o serviço. A presença masculina no serviço é de cunho de obrigatoriedade mesmo... (Advogado)

(...) Então, a gente sabe a importância de estar acompanhando aquele agressor também, porque seja naquele mesmo núcleo familiar ou em outro, se houver o rompimento daquela relação, ele vai continuar reproduzindo aquela mesma violência, daquela mesma maneira. (Diretor de Proteção Especial).

Os grupos são apontados como espaços educativos, de autorreflexão e tomada de consciência, o que implica uma mobilização pessoal para participar e gerar das mudanças esperadas. Como todo processo educativo, especialmente em um contexto em que a maioria participa de forma obrigatória, o processo de mudança é longo e gradual, muitas vezes não é possível de ser percebido durante o trabalho.

(...) Na psicologia, a gente usa muito a questão da tomada de consciência, né? E é escuta qualificada, entra nessa questão. Quando esse homem vem fazendo como foi a criação dele, o ambiente que ele viveu, do quanto isso influenciou, no que ele comportamento. Ele consegue ter essa tomada de consenso, de que ele está reproduzindo muitas vezes o que ele assistiu, o pai, o padrasto, um tio, um avô fazer. E ao tomar consciência desse comportamento ele percebe que é possível uma mudança, quebrar aquela, como é que eu vou dizer aquela reação em cadeia, né? É claro que a gente trabalha muito mais com a questão da frustração do que com o sucesso, mas eu percebo muito essa questão da tomada de consciência nos atendimentos. Não é de 1 hora para outra. Depois de muito trabalho reflexivo, há isso. Muitos deles conseguem identificar isso, de que eles estão reproduzindo aquilo que eles aprenderam, na verdade, naquilo que eles vivenciaram. (Psicóloga)

Como espaço educativo, as principais estratégias utilizadas são a informação e a reflexão crítica. Conhecer os direitos e tomar consciência das suas ações e motivações desenvolve a responsabilidade sobre seus atos e induz a compreender sobre os determinantes do comportamento.

Porque igual a gente acabou de falar. O Advogado chega para falar sobre a Lei Maria da Penha, sem essa coisa “muito fria” da letra, como ele mesmo usou esse termo e abrindo para que a pessoa também se coloque para tirar as dúvidas, e isso facilita na propagação do conhecimento, não é? Ao invés de fazer isso individualmente, a gente consegue alcançar um grupo maior para um assunto que vai ser bem específico né? Eu consigo falar sobre padrões de comportamento de uma forma geral, sobre Gênero e ali a gente vai observando quem a gente precisa aprofundar um pouco mais individualmente com os agressores. (Psicóloga)

O advogado indica, ainda, que essa visão educativa possibilita a prevenção da violência, buscando evitar tais comportamentos no futuro.

(...) Essa oportunidade do grupo reflexivo acredito na possibilidade do ensino, da orientação e reflexão, uma posição preventiva, né? E logo após o grupo, uma oportunidade de ampliar a visão de si e do mundo, da sociedade e dos direitos e deveres entendendo o sistema.

Os casos em que a equipe consegue identificar mudanças nas formas de ser e compreender a violência pelos homens atendidos no trabalho geram grande satisfação e confiança de que os impactos beneficiarão todo o grupo social envolvido com esses sujeitos.

Que teoricamente o grupo pode trazer um resultado significativo, e tem que ser de sucesso, né? A gente trabalha muito com a psicoeducação também né? É essa tomada de consciência que leva isso, e aí a pessoa consegue mudar aquele padrão de comportamento. Não é cem por cento das vezes não, mas quando a gente vê acontecer é muito prazeroso também, ver que está conseguindo mudar, não acontece só daquela pessoa, mas daquela família e das futuras gerações que não vão continuar reproduzindo isso. (Coordenadora Vigilância Socioassistencial).

Assim, a Assistente social completa:

(...) Ele falou: acho que eu não faço isso nunca mais na minha vida, peço perdão todos os dias a minha ex-esposa, é isso que eu quero ser daqui pra frente né? Essa reflexão de que não é legal bater, nem que eu ainda tenha outra mulher, bater não é legal, a gente não nasceu para apanhar de ninguém, nem eu, nem ela, nem você, nem ninguém. Então, assim é o crédito que tem esse trabalho.

6.3.1.3 Desafios da prática dos profissionais multidisciplinares

Na organização do trabalho dos grupos reflexivos, destaca-se o discurso que reforça a importância de uma ação conjunta e de cooperação, construindo uma rede envolvida, na qual as diferentes esferas devem cumprir sua parte e dialogar. A construção de uma rede colaborativa é destacada como fundamental na prevenção da violência contra mulher. Ao unir esforços de instituições, comunidades, políticas públicas e indivíduos, pode-se fortalecer a conscientização, promover a educação e criar espaços seguros, contribuindo para um ambiente no qual a violência de gênero seja repudiada e prevenida de maneira eficaz. A colaboração em rede amplifica recursos e estratégias, dando voz a uma causa crucial.

As dificuldades para estabelecer este trabalho são denunciadas pela assistente social:

(...) Não existe política pública voltada para atender o agressor, é preciso aprender a ter um olhar menos periférico para esse tipo de demanda, infelizmente depois da pandemia a violência doméstica aumentou demais.

Um exemplo constante da exigência deste trabalho integrado, na fala de diferentes profissionais, consiste na necessidade de parceria com o serviço de saúde mental.

A rede a gente já conhecia e já pautava outras coisas. Por exemplo, a gente teve reunião com a saúde mental recentemente para organizar o fluxo, por exemplo, da medida socioeducativa. Então a gente colocou que teria que ser também um público prioritário para que a gente não tivesse qualquer dificuldade de encaminhamento, porque um adolescente está numa situação de ato infracional então precisaria ter prioridade então, assim, virou só mais um ponto. A gente exigia ali que se fosse caso uma prioridade a organizar, né? Deveria ser um público prioritário da saúde mental, né? (Diretor de Proteção Especial).

Nesse sentido, a Psicóloga complementa:

considerando a complexidade do trabalho com os agressores, acredito que esses deveriam ser um público prioritário no acompanhamento da saúde mental. Isso aí é um desafio da política pública mesmo.

A saúde mental tem um papel significativo para o cuidado, visto que nem todos os homens agressores têm questões de cunho patológico. Porém, é possível identificar casos com comprometimento, principalmente relacionados à dependência química. Nesse contexto, a Assistente Social relata

(...) E aí eu notei que ele estava alcoolizado. Eu perguntei se ele gostaria de ajuda de ir para uma clínica se tratar.; ligamos para a Secretaria para arrumar um carro, arrumou tudo. Mas antes preciso falar com a família do senhor, eles precisam vir aqui conversar comigo.

Além das redes municipais que favorecem e possibilitam um atendimento adequado, os profissionais demonstram preocupação com a ampliação desse tipo de trabalho para outros municípios e realidades. Assim, a Coordenadora de Vigilância Socioassistencial finaliza:

mas eu acho, assim como a gente estava falando bem no início nesse tema mesmo, eu acho que assim, numa ótica de poder construir algo maior para outros municípios também replicarem, eu acho que essa construção coletiva com a rede de educação, de saúde, eu acho que é essencial.

Além das redes, os profissionais apontam uma deficiência de materiais didáticos e metodológicos para orientação dos profissionais na criação de construção desses grupos. Essa dificuldade é externada na fala do advogado:

(...) Sim, extremamente necessário, porque quando tudo dá errado, é lá que cai, né? E a gente não está preparado exatamente porque não tem pessoas que se debruçam em cima disso, não tem. E aí não tem recursos para a gente, e material de acordo, por isso que são sempre assim, difíceis, complexos e que as pessoas não querem mexer. Prefere não falar.

6.3.2. Análise por grafos

A análise de grafos permite identificar padrões, entender a estrutura das redes e medir as conexões entre elas.

6.3.2.1. Nuvem de palavras

A análise lexical realizada sobre as transcrições dos grupos focais, que envolvem profissionais de equipes multiprofissionais de atendimento a vítimas de violência doméstica, revela um cenário complexo e multifacetado. O termo "mulher" emerge com destaque, refletindo o foco nas vítimas femininas nesse contexto de violência. Observa-se uma frequência considerável de termos associados ao ambiente doméstico ("casa", "família") e às ações de comunicação ("falar", "dizer"), sublinhando a importância da articulação verbal para o processo de assistência e suporte. A recorrência de palavras como "violência" e "agressor" ressalta a natureza do trauma enfrentado, enquanto a presença de "trabalhar", "atendimento" e "profissional" indica uma atenção sistemática à prática interventiva e de cuidado.

Figura 2 – nuvem de palavras obtida nos discursos dos participantes

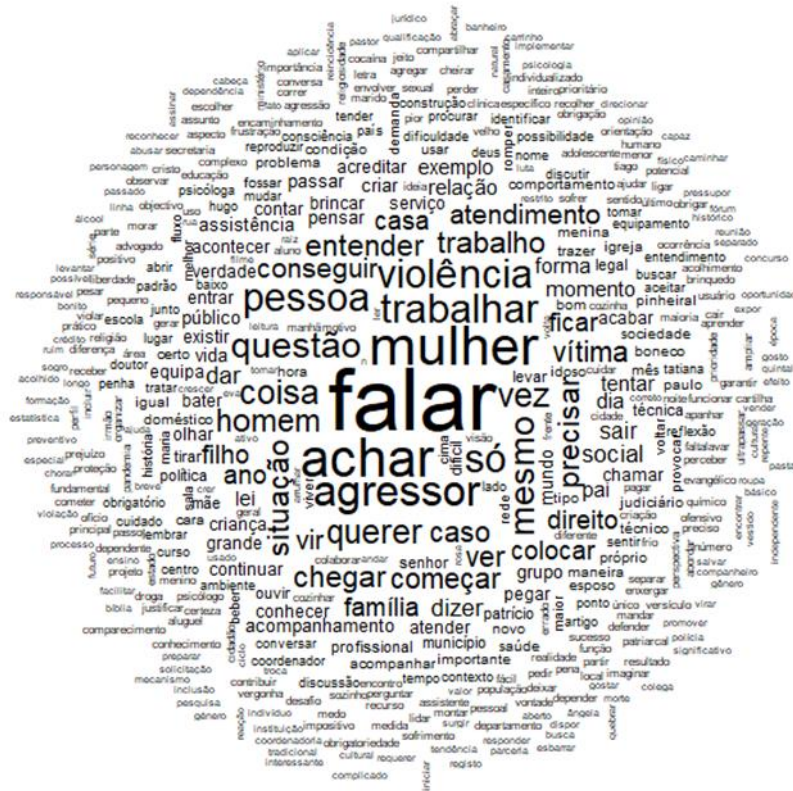


Figura 2– nuvem de palavras obtida nos discursos dos participantes

Fonte: Autores.

A inserção de termos jurídicos e de direitos ("direito", "lei") sugere uma preocupação com a esfera legal e a busca por justiça e proteção legal para as vítimas. A frequente menção a "homem" indica discussões sobre os perpetradores ou sobre a inclusão de perspectivas masculinas nos debates sobre a violência doméstica. Esse conjunto de termos evidencia a complexidade das discussões realizadas pelos profissionais e aponta para a necessidade de uma abordagem que incorpore aspectos sociais, legais e pessoais no enfrentamento da violência doméstica.

6.3.2.2 Análise de similitude

A análise de similitude evidenciada pelo dendrograma indica uma estrutura temática diversificada e interconectada, ilustrativa das complexas dinâmicas presentes nas discussões multiprofissionais sobre violência doméstica. Observamos a formação de *clusters* temáticos distintos, cada um representando uma faceta particular das conversas.

Figura 3 – análise de similitude dos discursos dos participantes

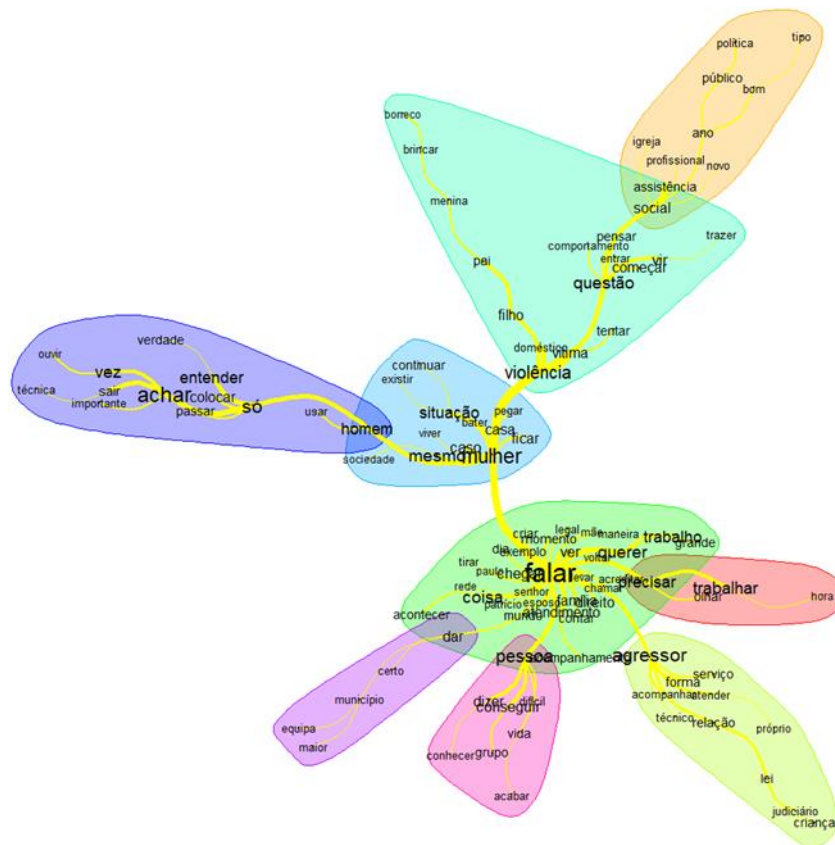


Figura 3– análise de similitude dos discursos dos participantes

Fonte: elaborada pelos autores.

No ramo azul, termos como "entender", "achar", e "colocar" sugerem uma ênfase na interpretação pessoal dos eventos e na contribuição individual dos profissionais para a assistência das vítimas. No ramo verde, destaca-se a presença de relações familiares ("pai", "filho") e a sua interação com a violência doméstica; enquanto o amarelo enfoca, em termos de cunho institucional e social, "política", "assistência social" e "comportamento", refletindo a resposta da sociedade e das estruturas governamentais ao fenômeno.

O ramo vermelho enfatiza a ação ("trabalhar", "agressor", "atender"), apontando para a prática ativa e as estratégias adotadas pelos profissionais. Termos que se cruzam entre os ramos, como "mulher", "violência" e "casa", servem como pontos nodais que conectam os diferentes aspectos discutidos, reforçando a natureza interdisciplinar e colaborativa necessária para abordar, eficazmente, a violência doméstica.

A distribuição e conexão dos termos no dendrograma revelam a complexidade e a interdependência das discussões sobre violência doméstica, e sugerem a necessidade de uma abordagem integrada e multifacetada para o atendimento às vítimas.

6.3.2.3. Análise fatorial

A Análise Fatorial de Correspondência realizada sobre o discurso de profissionais multiprofissionais que atendem vítimas de violência doméstica revela quatro *clusters* temáticos distintos, cada um correspondendo a uma cor no gráfico.

Figura 4 – Análise Fatorial de correspondência dos discursos dos participantes

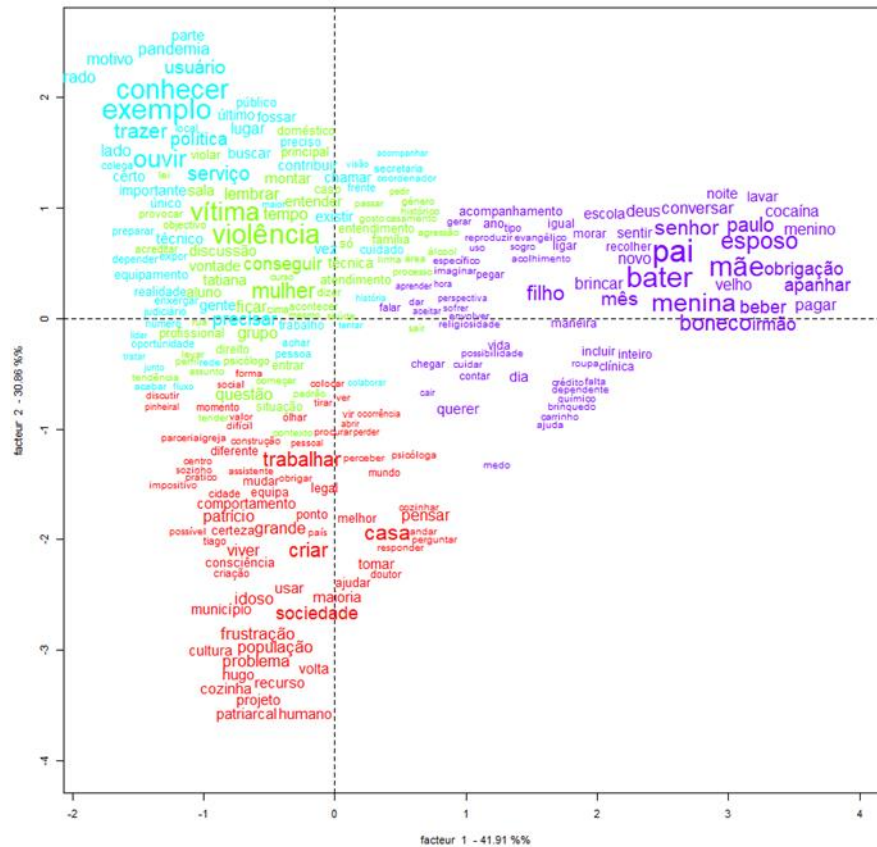


Figura 4– Análise Fatorial de correspondência dos discursos dos participantes

Fonte: elaborada pelos autores.

O *cluster* azul parece concentrar termos relacionados à percepção individual e à resposta emocional frente à violência, como "ouvir", "verdade", e "achar", sugerindo um discurso centrado a respeito do reconhecimento e da validação das experiências das vítimas.

No *cluster* verde, termos como "pai", "esposo", "bater" e "filho" estão agrupados, indicando discussões relativas à dinâmica familiar e das relações de poder que podem perpetuar ciclos de violência.

O *cluster* amarelo inclui palavras como "serviço", "conhecer" e "pandemia", o que pode denotar um diálogo sobre a prestação de serviços de apoio às vítimas, bem como os desafios impostos por fatores externos como crises de saúde pública.

Por fim, o *cluster* vermelho, com termos como "casa", "grande", e "criar", pode refletir conversas sobre o ambiente doméstico e a construção de um espaço seguro e de apoio para as vítimas de violência doméstica.

Cada *cluster* fornece uma visão sobre as diversas facetas do tema da violência doméstica, desde a esfera pessoal até a interação com serviços de apoio e o contexto social mais amplo. Essa análise sugere que uma resposta eficaz à violência doméstica requer uma abordagem multifocal que englobe o entendimento emocional, a reconfiguração de dinâmicas familiares, a adaptação dos serviços de apoio e a criação de um ambiente propício para a recuperação das vítimas.

A presente pesquisa objetivou técnicas mais eficazes e adaptadas. Compreender as dinâmicas e os desafios enfrentados por profissionais envolvidos no atendimento a agressores, visando ampliar a compreensão sobre práticas que possam mitigar tal violência. Em consonância com esse objetivo, os resultados e as discussões salientaram a importância de abordagens multidisciplinares e da integração de homens nos processos de reconstrução e reflexão sobre as masculinidades tóxicas que sustentam o ciclo de violência.

A implementação de grupos reflexivos para agressores não apenas atende às necessidades de responsabilização e reeducação, como contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, ao desafiar normas de gênero prejudiciais. A Lei Maria da Penha foi reconhecida como um instrumento legal fundamental nesse contexto, oferecendo um arcabouço para a proteção das mulheres e a reabilitação dos agressores, alinhando-se, assim, com convenções internacionais para a erradicação da violência contra a mulher.

Os desafios para a efetiva implementação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher, incluindo a necessidade de recursos, capacitação profissional e aprimoramento dos mecanismos de cooperação interinstitucional, foram igualmente evidenciados. Revelou-se essencial a adoção de estratégias informadas por pesquisas, que considerem a complexidade do fenômeno e a diversidade das necessidades das mulheres afetadas pela violência.

Conclui-se que, para além da aplicação de medidas punitivas aos agressores, é imperativo promover iniciativas educativas que visem à transformação cultural e à desconstrução de estereótipos de gênero. A inclusão dos homens nesse processo é crucial, pois permite abordar a raiz da violência de gênero, não apenas protegendo as vítimas, mas também prevenindo a perpetuação da violência.

Futuras investigações sobre violência contra a mulher, focadas em transformações nas masculinidades, considerando diferentes contextos culturais, e

análises sobre a implementação e impacto de políticas públicas, como a Lei Maria da Penha, podem ser valiosas para o campo. Propostas de métodos participativos que envolvam comunidades na concepção de estratégias de enfrentamento também podem promover abordagens mais eficazes e adaptadas.

6.3.3. Discussão

Com o Grupo Focal, podem-se compreender as dinâmicas e os desafios enfrentados por profissionais envolvidos no atendimento a agressores, visando ampliar a compreensão sobre práticas que possam mitigar tal violência. Em consonância com esse objetivo, os resultados e as discussões salientaram a importância de abordagens multidisciplinares e da integração de homens nos processos de reconstrução e reflexão sobre as masculinidades tóxicas que sustentam o ciclo de violência.

A implementação de grupos reflexivos para agressores não apenas atende às necessidades de responsabilização e reeducação, como contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, ao desafiar normas de gênero prejudiciais. A Lei Maria da Penha foi reconhecida como um instrumento legal, fundamental nesse contexto, oferecendo um arcabouço para a proteção das mulheres e a reabilitação dos agressores, alinhando-se, assim, com convenções internacionais para a erradicação da violência contra a mulher.

Os desafios para a efetiva implementação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher, incluindo a necessidade de recursos, capacitação profissional e aprimoramento dos mecanismos de cooperação interinstitucional, foram igualmente evidenciados. Revelou-se essencial a adoção de estratégias informadas por pesquisas, que considerem a complexidade do fenômeno e a diversidade das necessidades das mulheres afetadas pela violência.

Conclui-se que, para além da aplicação de medidas punitivas aos agressores, é imperativo promover iniciativas educativas que visem à transformação cultural e à desconstrução de estereótipos de gênero. A inclusão dos homens nesse processo é crucial, pois permite abordar a raiz da violência de gênero, não apenas protegendo as vítimas, mas também prevenindo a perpetuação da violência.

Futuras investigações sobre violência contra a mulher, focadas em transformações nas masculinidades, considerando diferentes contextos culturais, e análises sobre a implementação e impacto de políticas públicas, como a Lei Maria da Penha, podem ser valiosas para o campo. Propostas de métodos participativos que envolvam comunidades na concepção de estratégias de enfrentamento também podem promover abordagens mais eficazes e adaptadas.

7. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional foi concebido para ser um guia prático e acessível para profissionais que trabalham com grupos reflexivos destinados a homens autores de violência doméstica. O processo de desenvolvimento visou garantir que o conteúdo fosse claro, conciso e de fácil compreensão. As etapas do desenvolvimento implicaram a elaboração de um guia, curto e objetivo, que possui 20 páginas, 7 tópicos e organizado conforme as subseções seguintes: Apresentação; Violência contra a mulher; Fases da Violência; A importância dos Grupos Socioeducativos para a prevenção da violência contra a Mulher e o Referencial Teórico; Como iniciar um Grupo Socioeducativo e por onde começar com *links* para materiais de apoio; Ética Profissional; Espaço para Desconstrução de Tabus; Material de Apoio para reflexão com os Grupos.

7.1 Itens do guia

Apresentação, introdução, violência contra mulher, fases da violência, referencial teórico, a importância dos grupos socioeducativos na prevenção a violência contra mulher, como iniciar um grupo socioeducativo? Por onde começar, ética profissional, desconstruindo tabus, material de apoio para reflexão, como pedir ajuda? Bibliografia.

7.2 Apresentação

Nesta seção do produto educacional, você encontrará uma visão detalhada sobre as trajetórias profissionais e acadêmicas dos envolvidos no desenvolvimento

deste projeto. A descrição inclui uma retrospectiva das experiências e formações, tanto minha quanto dos meus orientadores, destacando os principais marcos de nossas carreiras.

Você verá um relato sobre a minha trajetória, desde a formação acadêmica até as principais atuações profissionais, enfatizando os projetos e as áreas de especialização que contribuíram para o desenvolvimento deste produto. Além disso, são apresentados os percursos dos meus orientadores, detalhando suas qualificações, experiências docentes e pesquisas realizadas ao longo de suas carreiras. Essa descrição visa proporcionar uma compreensão clara das competências e conhecimentos que sustentam o conteúdo deste produto educacional.

Os *prints* e textos incluídos nesta seção foram elaborados para oferecer um panorama conciso, mas abrangente, de nossa *expertise*, evidenciando o compromisso com a qualidade e a relevância do material apresentado.

7.3 Violência contra a mulher

Neste item, apresenta-se uma definição clara e abrangente de violência contra a mulher, incluindo seus diferentes tipos (física, psicológica, sexual, econômica etc.). Discutem-se os impactos da violência na vida das vítimas e na sociedade, bem como a importância de reconhecer e enfrentar essa problemática para promover a igualdade de gênero e a segurança das mulheres.

Figura 5 – violência contra a mulher

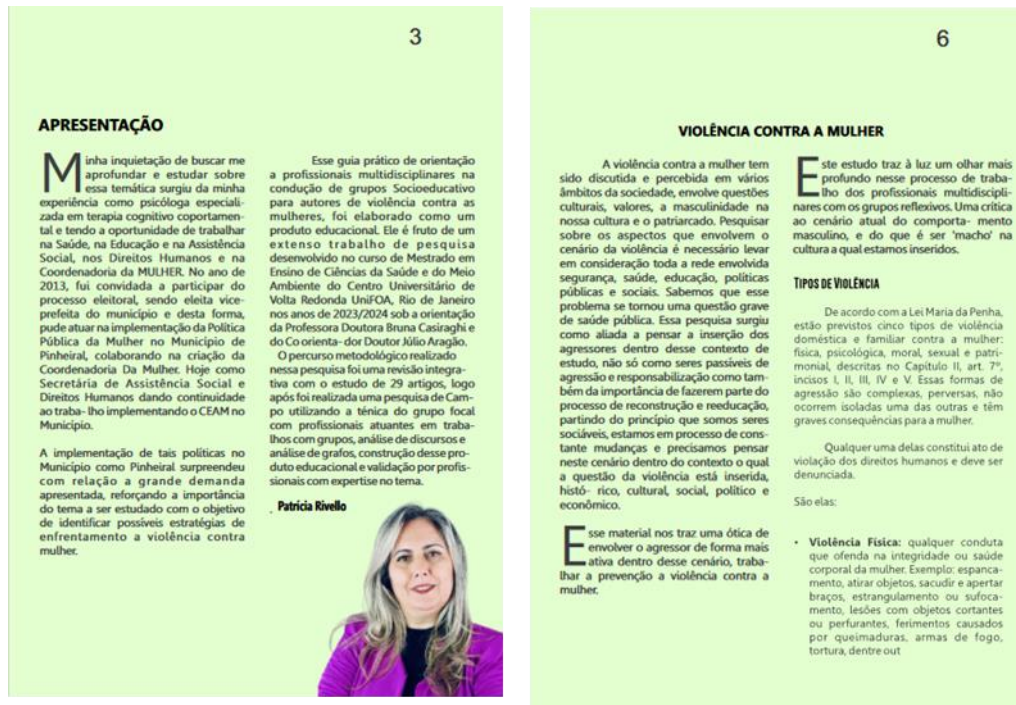


Figura 5– violência contra a mulher

Fonte: os autores.

7.4. Fases da violência

Nesta seção, explicam-se as fases do ciclo da violência doméstica: a fase da tensão, a fase da explosão e a fase da lua de mel. Descreve-se cada fase, detalhadamente, para que os profissionais compreendam as dinâmicas e padrões que se repetem nos relacionamentos abusivos. Essa compreensão é crucial para intervir de maneira eficaz.

Figura 6 – fases da violência

a transformação de crenças, atitudes e comportamentos que perpetuam a violência de gênero.

Figura 7 – a importância dos grupos socioeducativos para a prevenção da violência contra a mulher



Figura 7–a importância dos grupos socioeducativos para a prevenção da violência contra a mulher

Fonte: os autores.

7.6. Como iniciar um grupo socioeducativo e por onde começar?

São fornecidas orientações, passo a passo, nesta seção, para iniciar um grupo reflexivo. Inclui a identificação do público-alvo, a definição dos objetivos do grupo, a seleção de facilitadores capacitados e a criação de um ambiente seguro e acolhedor para os participantes. Além disso, apresentam-se dicas sobre como engajar os participantes desde o início.

Esse item oferece diretrizes práticas para a condução dos encontros dos grupos reflexivos. São abordadas técnicas de facilitação, a importância da escuta ativa, a promoção de debates respeitosos e a gestão de conflitos no grupo. Também são discutidas estratégias para manter os participantes engajados e motivados ao longo das sessões, além de incluir alguns *links* com materiais de apoio aos

profissionais com a Lei Maria da Penha, e materiais com dinâmicas e teorias para maior conhecimento do tema e estratégias para enriquecer o debate.

Figura 8 – como iniciar um grupo socioeducativo?

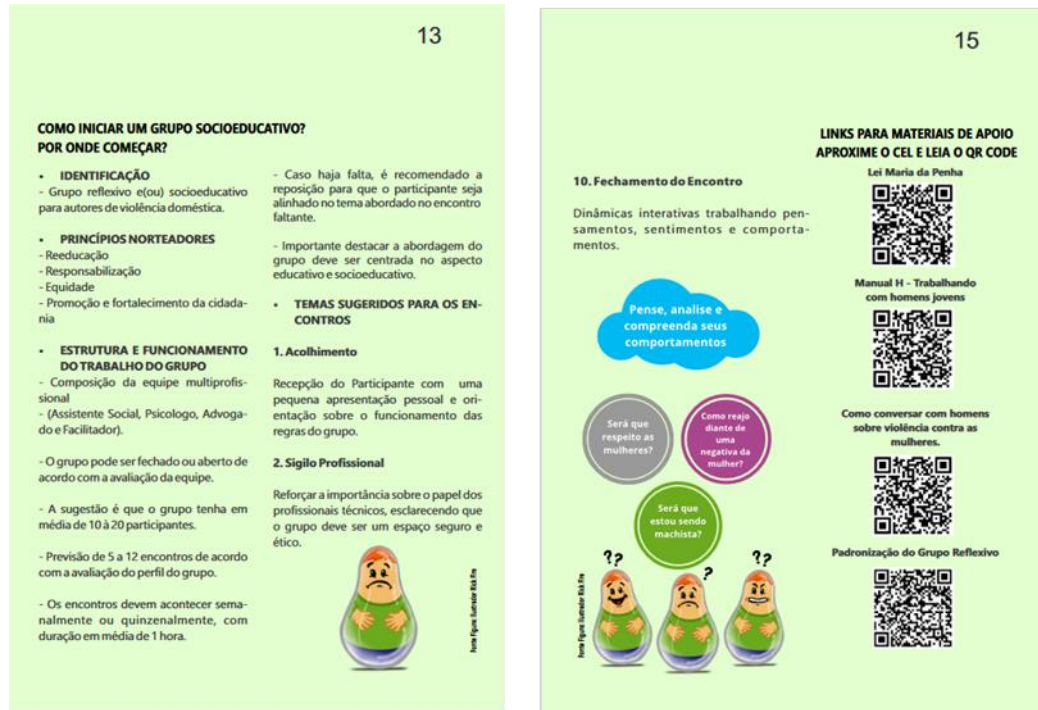


Figura 8– como iniciar um grupo socioeducativo?

Fonte: os autores.

7.7. Ética profissional

Abrange princípios éticos, como confidencialidade, respeito, não julgamento e imparcialidade. São apresentadas orientações sobre como lidar com dilemas éticos e manter uma postura profissional que favoreça a confiança e o respeito mútuo.

Figura 9 – ética profissional

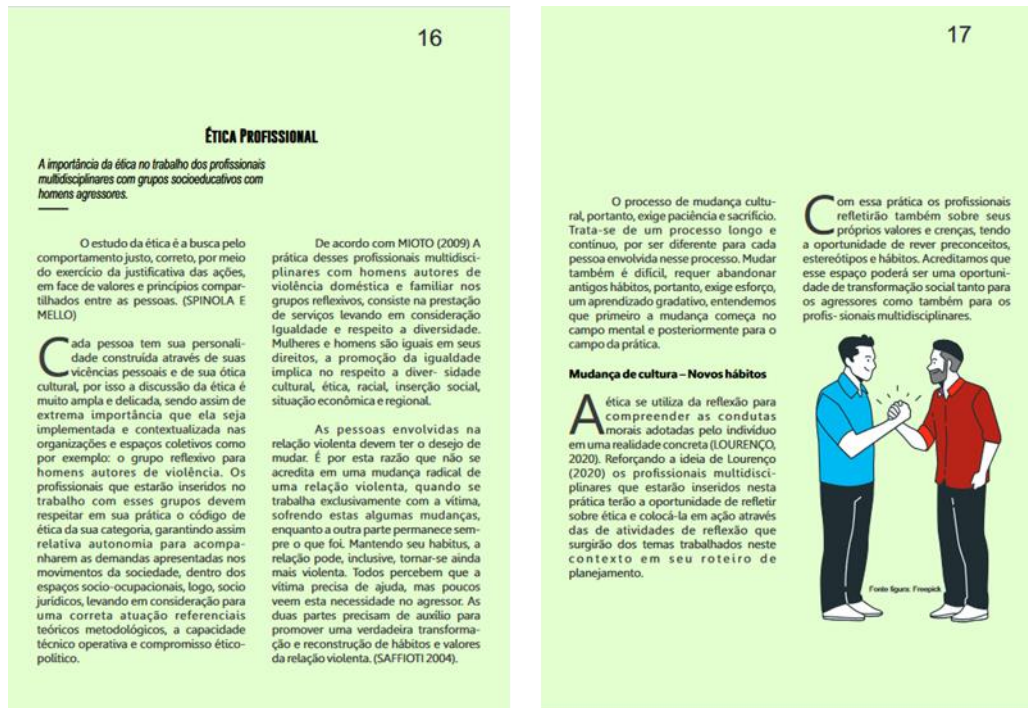


Figura 9– ética profissional

Fonte: Os autores

7.8. Espaço para a desconstrução de tabus

Neste item, incentivam-se os profissionais a refletirem sobre seus próprios preconceitos e tabus. A autoconsciência é essencial para conduzir grupos reflexivos de forma eficaz. São sugeridos atividades e exercícios que os facilitadores podem usar para examinar e desconstruir suas próprias crenças limitantes e comportamentos.

Figura 10 – material de apoio para reflexão com grupos

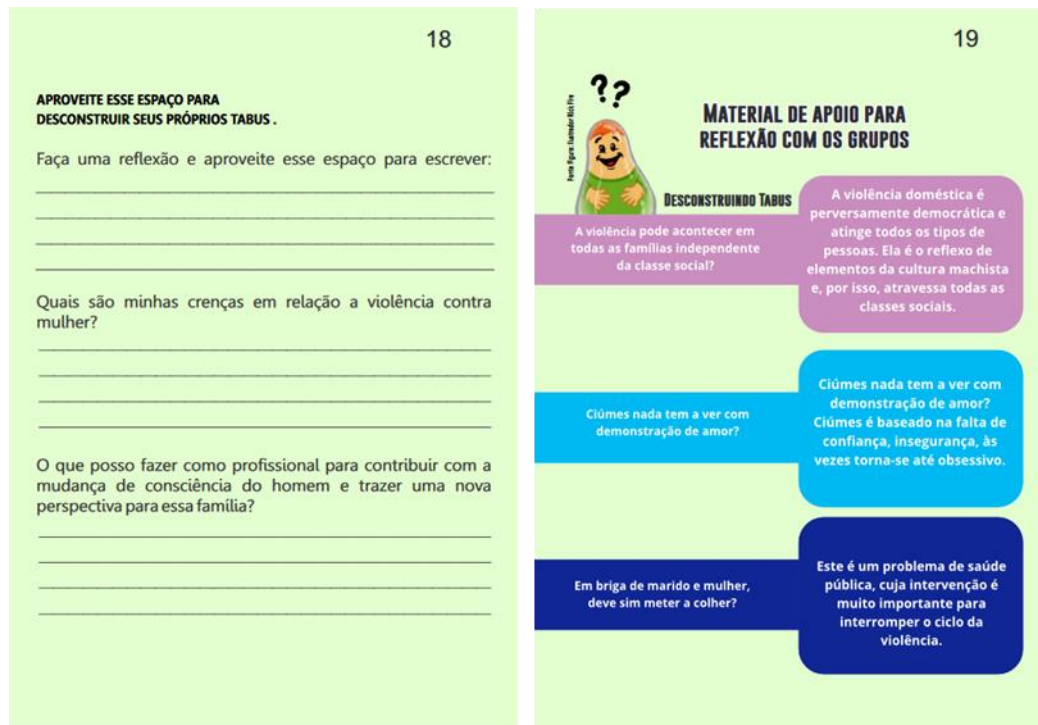


Figura 10– material de apoio para reflexão com grupos

Fonte: Os autores

7.9. Material de apoio para a reflexão com os grupos

Neste último item, oferece-se uma variedade de oportunidades reflexivas com leituras, para exercícios práticos, que podem ser utilizados durante os encontros dos grupos reflexivos. Esses materiais foram construídos para estimular a reflexão crítica e o debate entre os participantes, facilitando a internalização dos conceitos discutidos.

8. RESULTADO DA VALIDAÇÃO

Participaram da avaliação cinco profissionais: um advogado e Servidor Público, três Assistentes Sociais, duas delas atuantes no judiciário e uma na área da saúde, sendo que duas possuem especialização ou pós-graduação e uma concluiu o mestrado e, uma Psicóloga Servidora Pública que atua na área da Política Pública da Mulher e Direitos Humanos na Secretaria de Estado do Rio de Janeiro, com mestrado

concluído. A média de idade é de 40 anos, todos com experiência de trabalho de no mínimo dois anos. Os profissionais participantes não atuam no mesmo local de trabalho. No quadro 2, está explicitada a caracterização dos juízes.

Quadro 2 – caracterização dos juízes que participaram da validação do produto

Juiz	Formação	Especialidade	Local de Atuação	Sexo	Idade	Tempo de Formação
A	Assistente Social	Mestrado	Justiça	F	35	11 Anos
B	Assistente Social	Pós-graduação	Saúde	F	33	15 Anos
c	Assistente Social	Pós-graduação	Justiça	F	36	10 Anos
D	Advogado	Graduação	Servidor Público	M	39	1 Anos
E	Psicólogo	Mestrado	Servidor Estadual	F	57	30 Anos

Quadro 2- caracterização dos juízes que participaram da validação do produto

Fonte: autores

No quadro 3, estão apresentadas as notas atribuídas por cada juiz para os itens da escala. Com exceção do Juiz 2, que atribuiu a nota 4 (concordo parcialmente) para o item 12 — é apropriado ao nível sociocultural e cognitivo do público-alvo —, todos os juízes atribuíram a nota 5 (concordo totalmente) para os demais itens da escala.

Quadro 3 – notas atribuídas pelos juízes para cada item da validação.

Itens		Juiz 1	Juiz 2	Juiz 3	Juiz 4	Juiz 5
Organização	A apresentação é esteticamente adequada e agradável?	5	5	5	5	5
	Sua estrutura é apropriada para o público-alvo?	5	5	5	5	5
	Há uma sequência lógica do conteúdo proposto?	5	5	5	5	5
	O título reflete seu conteúdo e objetivos?	5	5	5	5	5
	Os segmentos, capítulos ou módulos são relevantes e apresentados de forma suficiente?	5	5	5	5	5
Conteúdo	Utiliza diferentes linguagens (figuras, quadros, tabelas, infográficos)?	5	5	5	5	5
	Utiliza uma escrita acessível (respeitando a diversidade)?	5	5	5	5	5
	Estabelece elementos facilitadores da aquisição de conhecimento?	5	5	5	5	5
	O vocabulário utilizado é claro, objetivo e livre de vícios de linguagem?	5	5	5	5	5
	As informações apresentadas estão cientificamente embasadas e atualizadas?	5	5	5	5	5
	É apropriado ao nível sociocultural e cognitivo do público-alvo?	5	5	5	5	5
Relevância	É coerente com as necessidades do público-alvo?	5	5	5	5	5
	Atende a uma necessidade de ensino na sua área de aplicação?	5	5	5	5	5
	A estratégia de ensino utilizada promove a aplicação prática do conhecimento abordado?	5	5	5	5	5
	Promove a aplicação do conhecimento científico no cotidiano?	5	5	5	5	5
	Permite extrapolar e/ou adaptar o aprendizado a diferentes contextos e cenários?	5	5	5	5	5

Quadro 3– notas atribuídas pelos juízes para cada item da validação.

Fonte: autores.

Considerando as altas notas atribuídas pelos juízes na escala de validação do produto educacional, a avaliação das médias do CVC nas três dimensões do guia (organização, conteúdo e relevância), bem como do material como um todo, foi calculada conforme as recomendações de Hernandez Nieto (2002) e alcançou resultados iguais ou muito próximos a 1,0, o valor máximo, indicando um índice excelente. O cálculo do CVC inicial e final está detalhado na Tabela 1.

Tabela 1 – cálculo do CVC do Produto Educacional

Categorias	ORGANIZAÇÃO					CONTEÚDO						RELEVÂNCIA				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Ítems	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Média dos Juízes	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	4,8	5	5	5	5	5
CVC inicial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0,96	1	1	1	1	1
Erro	0,0003	0,0003	0,0003	0,0003	0,0003	0,0003	0,0003	0,0003	0,0003	0,0003	0,0003	0,0003	0,0003	0,0003	0,0003	0,0003
CVC final	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CVC inicial da categoria	1					0,99						1				
Erro	0,0003					0,0003						0,0003				
CVC final da categoria	1					0,99						1				

Tabela 1– cálculo do CVC do Produto Educacional

Fonte: os autores

O alto índice de notas máximas indica um consenso entre os especialistas quanto à qualidade do material, indicando que os juízes consideram que o material apresenta uma boa organização, uma abordagem adequada dos conteúdos e ratificam a relevância do material para o trabalho na área. Considerando a diversidade e a vasta experiência dos profissionais envolvidos, o índice de avaliação obtido sugere que o produto pode ser considerado validado, apresentando um índice de excelência.

Conforme abordado por Pasquali (2010), a avaliação por especialistas é um componente essencial no desenvolvimento de instrumentos educacionais. Esse processo de avaliação, que envolve duas etapas, permite identificar tanto a criação do instrumento quanto a análise crítica dele por profissionais da área, aumentando sua confiabilidade e precisão para atingir os objetivos propostos. Estudos que aplicam essa técnica de validação proporcionam aos profissionais a certeza de que os instrumentos utilizados são adequados e eficazes para essa população específica.

De acordo com Baptista e Campos (2010), a avaliação por especialistas é fundamental para verificar a clareza da linguagem, a relevância e a validade teórica do material desenvolvido. Esses aspectos são cruciais para garantir que o produto educacional tenha conteúdo técnico adequado e uma linguagem direcionada ao público-alvo, tornando-o eficaz e um facilitador no processo educativo. Além disso, a avaliação permite que os especialistas ofereçam comentários e sugestões para aprimorar o material, se necessário.

A abordagem de Primi e Nunes (2009) reforça a importância de incluir a perspectiva dos especialistas para assegurar que o instrumento não só atende aos critérios técnicos, mas também é culturalmente relevante e apropriado para o contexto em que será utilizado. As avaliações dos itens do instrumento e as sugestões dos especialistas são registradas e analisadas para contínua melhoria do material, garantindo que ele seja um recurso valioso e eficaz no processo educacional.

Dessa forma, a técnica de validação por especialistas, conforme descrita por Pasquali (2010), Baptista e Campos (2010) e Primi e Nunes (2009), é essencial para o desenvolvimento de produtos educacionais de alta qualidade, proporcionando confiança aos profissionais de que esses instrumentos são

apropriados e eficazes para os grupos populacionais específicos a que se destinam.

Além das avaliações dos itens estabelecidos no instrumento, foi permitido aos avaliadores fazer observações e recomendações para aperfeiçoamento do material, caso considerassem necessário. As transcrições das respostas de cada avaliador estão apresentadas no quadro 4.

Quadro 4 – sugestão para o material

Juízes	Sugestão para o material
A	Parabenizo pela iniciativa na criação deste produto de grande relevância para o trabalho com grupo de homens e para a construção de relações sociais e de gênero pautadas pela não violência!
B	Este guia é um instrumento prático que pode ser utilizado para promover intervenções eficazes e transformadoras por profissionais da saúde e assistência social. Sua elaboração cuidadosa, inovadora e seu enfoque multidisciplinar o tornam uma ferramenta indispensável para todos os profissionais envolvidos na condução de grupos socioeducativos, oferecendo educação clara e práticas baseadas em evidências que podem contribuir significativamente para a redução da violência contra as mulheres. Super útil para a sociedade.
C	
D	Excelente cartilha informativa, clara nas ideias. Há um excelente documentário que apresenta essa questão chamado o silêncio dos homens. No mais, excelente trabalho.
E	Considero que todos os pontos estão devidamente adequados e alinhados com a proposta e objetivos da proposta.

Quadro 4– sugestão para o material

Fonte: os autores

Os comentários dos juízes reforçam, de forma significativa, os dados obtidos na análise do CVC, evidenciando a consistência e a qualidade do trabalho desenvolvido. A avaliação criteriosa realizada pelos profissionais destaca a aprovação unânime do material apresentado, confirmando não apenas a sua adequação técnica, mas também a sua relevância para a orientação de profissionais que atuam na área. A aprovação reflete a confiança dos juízes a respeito da capacidade do produto em contribuir, efetivamente, para a prática profissional, fornecendo diretrizes claras e bem fundamentadas.

É importante ressaltar que, durante o processo de avaliação, não foram apontadas necessidades de melhorias ou pontos a serem corrigidos, o que reafirma a solidez e a maturidade do material. A ausência de críticas construtivas

sugere que o trabalho atendeu, plenamente, às expectativas dos especialistas, cumprindo com os objetivos propostos desde o início do projeto.

Em suma, a recepção positiva dos juízes reforça o valor do trabalho e sugere que o produto desenvolvido está pronto para ser aplicado na prática, contribuindo, de maneira efetiva, para a formação e a orientação de profissionais na área, sem necessidade de revisões adicionais. Esse resultado é um indicativo claro do sucesso do trabalho realizado, que se mostrou relevante e de alta qualidade, capaz de trazer impactos positivos no campo de atuação.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo subsidiar a elaboração de um produto educacional voltado para a condução de grupos socioeducativos com homens autores de violência doméstica, com o intuito de discutir e criar espaços de ressignificação para a violência de gênero. Para atingir tal objetivo, o trabalho foi desenvolvido em diferentes etapas: revisão da literatura, pesquisa com profissionais da área, desenvolvimento do produto educacional e validação do produto. As diferentes etapas possibilitaram uma visão ampla do assunto abordado, possibilitando compreender e discutir diversas dimensões da violência e dos agressores.

Os resultados obtidos evidenciam a complexidade do fenômeno da violência contra a mulher, que está profundamente enraizado em questões culturais, de masculinidade e patriarcado. A análise realizada aponta para a necessidade urgente de fortalecer a ação dos profissionais em rede, favorecendo o enfrentamento da violência de forma integrada e colaborativa. A desconstrução do patriarcado, enquanto valor inculturado, é essencial para a promoção de relações mais equitativas entre homens e mulheres.

Em relação aos grupos reflexivos e socioeducativos, foi possível identificar suas especificidades e importância:

Os grupos reflexivos e os grupos socioeducativos, embora complementares, possuem abordagens distintas em seu trabalho com os participantes. Os grupos reflexivos são focados na introspecção e autoanálise dos indivíduos, promovendo uma mudança de comportamento por meio da reflexão crítica sobre suas atitudes e crenças. Esses grupos facilitam a

desconstrução de valores patriarcais e machistas, incentivando os homens a desenvolverem novas formas de se relacionar com as mulheres, baseadas no respeito e na igualdade.

Por outro lado, os grupos socioeducativos são voltados para a educação e conscientização dos participantes sobre questões de gênero, direitos humanos e violência doméstica. Eles oferecem informações e ferramentas práticas para que os homens compreendam as consequências de seus atos e aprendam a lidar com conflitos de maneira não violenta. Esses grupos complementam os reflexivos ao fornecer um conhecimento estruturado que apoia a transformação comportamental desejada.

Enquanto os grupos reflexivos se concentram em um processo interno de autoconhecimento e crítica pessoal, os grupos socioeducativos enfatizam a aquisição de conhecimento e habilidades práticas. Juntos, eles formam uma abordagem abrangente, combinando a reflexão profunda com a educação informativa para promover mudanças significativas e sustentáveis no comportamento dos participantes.

A pesquisa de campo, utilizando a técnica do grupo focal, revelou a importância das abordagens multidisciplinares e da participação de todos os membros da rede de cuidado. As discussões corroboram a literatura, destacando a necessidade de integrar os homens nos processos de desconstrução do machismo estrutural, que perpetua o ciclo de violência.

Como contribuição prática, foi elaborado um guia teórico e prático de orientação para profissionais que atuam em grupos reflexivos e socioeducativos com homens autores de violência doméstica. Esse guia oferece diretrizes estruturadas, com base em orientações técnicas e teóricas, para nortear a atuação dos profissionais de forma eficaz e sensível às particularidades de cada contexto. Considerando que esse tipo de trabalho ainda é realizado em número insatisfatório no Brasil, a organização deste material pode auxiliar na criação de novos espaços de reflexão tanto para homens agressores quanto para homens e mulheres em geral. Esses espaços permitirão questionar os papéis de gênero atribuídos e reforçados socialmente, que frequentemente estão associados a dinâmicas de poder e geram violência.

A validação do produto permitiu consolidar a importância e a validade do produto educacional elaborado, garantindo mais confiabilidade para a divulgação

do produto. O discurso dos juízes participantes destacou a importância do material na organização de atividades e ações profissionais que trabalham nesta área e que, muitas vezes, não encontram muitos materiais de referência.

Em suma, este trabalho reafirma a importância de intervenções educativas e reflexivas com homens autores de violência, como um caminho promissor para a mitigação da violência de gênero. Espera-se que o produto educacional desenvolvido contribua, significativamente, para a formação e atuação dos profissionais, promovendo uma mudança cultural e comportamental que resulte na redução da violência contra a mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, F. **Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2005. v. 1

ALMEIDA, Alana Peixoto de, LIMA, Flávia Maria Vasconcelos, LISBOA, Sheila Marques, FRANCO JÚNIOR, Alberto José de Amorim, LOPES, Andressa Pereira. **Comparação entre as teorias da aprendizagem de Skinner e Bandura**. In: Caderno De Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde- UNIT – Alagoas, 2013.

ANTEZANA, A. P. Intervenção com homens que praticam violência contra seus cônjuges: reformulações teórico-conceituais para uma proposta de intervenção construtivista-narrativista com perspectiva de gênero. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 21, n. 42, 14 abr. 2012. Disponível em: <<https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/121>>. Acesso em: 11 abr. 2024.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de Investigação. In: Soc. estado, Brasília , v. 29, nº 2, p. 449-469, ago. 2014.

BANDURA, A.; AZZI, R. G.; TOGNETTA, L. R. P. (ed.). **Desengajamento Moral: Teoria e Pesquisa a Partir da Teoria Social Cognitiva**. 1ª edição ed. Campinas-SP: Editora Mercado de Letras, 2015.

BANDURA, A. **Social Foundations of Thought and Action: A Social Cognitive Theory**. 1986.

BANDURA, A. et al. Multifaceted Impact of Self-Efficacy Beliefs on Academic Functioning. **Child Development**, v. 67, n. 3, p. 1206–1222, 1996. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8624.1996.tb01791.x>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BANDURA E WALTERS, Bandura, A. e Walters, R.H. **Aprendizagem social e desenvolvimento da personalidade**. 1963. Holt Rinehart e Winston: Nova York. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1963-35030-000>. Acessado em 27/04/2024.

BANDURA Albert; AZZI Roberta Gurgel; TOGNETTA Luciene R. Paulino. **Desengajamento Moral, Teoria e Pesquisa a partir da Teoria Social Cognitiva**. Campinas, São Paulo, mercado das letras, 2015, coleção psicologia em perspectiva.

BANDURA, A. **Desengajamento Moral: Como Pessoas Normais Cometem Atrocidades**. 2016. Porto Alegre: Artmed.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1ª edição ed. Lisboa: Edições 70, 2015.

BAPTISTA, M. N., & CAMPOS, L. A. (2010). **Psicometria: Teoria dos Testes na Psicologia e na Educação**. Vetor.

BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M.; INCROCCI, C. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 262–274, mar. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000100019&lng=pt>. Acesso em: 17 ago. 2023.

BEIRAS, Adriano; MARTINS, Daniel F. W., HUGILL, Michelle de S. G. **Recomendações e Critérios Mínimos para Grupos Reflexivos para Homens autores de violência: resumo esquematizado**. Grupo Margens/UFSC: Florianópolis, 2024.

BRASIL. **Presidência da República**. Brasília, DF. 7 ago. 2006.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Secretaria de enfrentamento a violência contra as mulheres. **Proposta para implementação dos serviços de responsabilização e educação dos agressores**. 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/servico-de-responsabilizacao-do-agressor-pos-workshop.pdf>. Acessado em: 21 de abril de 2024.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências**. Brasília, DF.

CANUTO, A. et al. Confrontando o desconforto: uma análise de utilização de grupos focais em assuntos sensíveis. **New Trends in Qualitative Research**, v. 18, p. e820–e820, 3 out. 2023. Disponível em: <<https://www.publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/820>>. Acesso em: 12 abr. 2024.

FERNANDES, L.; FERNANDEZ, A.; PEREIRA, E.; RAMOS, M. Atenção a homens autores de violência doméstica contra as mulheres: uma revisão da literatura. **International Journal of Development Research**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.37118/ijdr.21225.02.2021>

GATTI, B. A. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. In: **Série Pesquisa em Educação**. Campinas-SP: Líber Livro, 2005. 10.

GOMES, R. **Pesquisa qualitativa em saúde**. [s.l.] Hospital Sírio-Libanês - Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa, 2014.

HERNANDÉZ NIETO, R. A. (2002). **Contributions to Statistical Analysis: The Coefficients of Proportional Variance, Content Validity and Kappa**. BookSurge Publishing.

KRUG, E. G. et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002. v. 1.

LIMA, D. C.; BÜCHELE, F. Homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, 2011.

LISBOA, T. K.; ZUCCO, L. P. Os 15 anos da Lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, p. e86982, 29 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/BzPqkz9dj8zs9V39X8djsvK/>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

LOPES Ana Beatriz Alves; **Pesquisas e intervenções sobre homens e Violência contra a Mulher no Brasil: nova perspectiva sistêmica**. 2017.

MEDRADO, B. et al. Homens e masculinidades e o novo coronavírus: compartilhando questões de gênero na primeira fase da pandemia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 179–183, 25 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/MXY3bz4DbzsTLqsMRr5PmGf/?lang=pt>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

MELO, G. S. **Introdução à Teoria dos Grafos**. 2014. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7549/5/arquivototal.pdf>>.

NOTHAFT, R. J.; LISBOA, T. K. As intervenções com autores de violência doméstica e familiar no Brasil e suas relações com a Lei Maria da Penha. **Cadernos Pagu**, n. 61, p. e216118–e216118, 15 set. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8666985>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

OLIVEIRA, E. et al. **Dossiê Mulher 2023**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Segurança Pública, 2023.

PASQUALI, L. (2010). **Instrumentação Psicológica: Fundamentos e Práticas**. Artmed.

PRATES Paula Licursi **A Pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher**. (Tese apresentada ao programa de pós-graduação em ciências para obtenção do título de Doutora em ciências) São Paulo 2013.

PRIMI, R., & NUNES, C. H. S. S. (2009). **Psicometria: Fundamentos Matemáticos da Teoria Clássica dos Testes**. Vetor.

RESSEL, L. B. et al. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 779–786, 2008. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/3912>>. Acesso em: 18 out. 2016.

RIFIOTIS, T. Violência, Justiça e Direitos Humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da “violência de gênero” *. **Cadernos Pagu**, p. 261–295, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/8CxpJgP7bvY9b8HYMw4fXXC/>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth; BONGIOVANI, Iara. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALVIATI, M. E. **Manual do aplicativo Iramuteq**. [s.l: s.n.]v. 1. 2017.

SANTANA, T. P.; MATIAS, R. G.; SANTANA, P. H. G. Conceitos da Teoria dos Grafos no desenvolvimento do raciocínio lógico aplicados aos jogos com estudantes da EJA. **Boletim Cearense de Educação e História da Matemática**, v. 10, n. 29, p. 01–19, 31 jul. 2023. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/BOCEHM/article/view/10347>>. Acesso em: 12 abr. 2024.

Secretaria de enfrentamento a violência contra as mulheres. Proposta para implementação dos serviços de responsabilização e educação dos agressores. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/servico-de-responsabilizacao-do-agressor-pos-workshop.pdf> Acessado em: 21 de abril de 2024. (PRESIDENCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES). 2010.

SOARES, C. T., & GONÇALVES, H. S. **Grupos reflexivos para autores de violência contra a mulher: "isso funciona?"**. *Direito Em Movimento*, 18(2), 73–107. 2020 Recuperado de <https://ojs.emerj.com.br/index.php/direitoemmovimento/article/view/289>

SOARES, A. C. E.; BARROS, N. C. F. Palavras e silêncios: a ausência de centros de reabilitação de autores de violência doméstica no Brasil e as questões de gênero. **Revista Ágora**, n. 22, p. 170–185, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/13615>>. Acesso em: 11 abr. 2024.

SOUZA, M. A. R. de et al. O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, 4 out. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/reeusp/a/pPCgsCCgX7t7mZWfp6QfCcC/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

SOUZA, T. M. C.; SANTANA, F. R. M.; MARTINS, T. F. Violência contra a mulher, polícia civil e políticas públicas. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 13, n. 4, p. 1–13, 2018. Disponível em: http://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/3150. Acesso em: 17 ago. 2023.

STENZEL, G. Q. de L. Características de personalidade de agressores conjugais: um estudo qualitativo. **Pensando famílias**, v. 23, n. 1, p. 137–152, 2019. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-494X2019000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 17 ago. 2023.

TINTI, D. D. S.; BARBOSA, G. C.; LOPES, C. E. O software IRAMUTEQ e a Análise de Narrativas (Auto)biográficas no Campo da Educação Matemática. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 35, n. 69, p. 479–496, jan. 2021. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-636X2021000100479&tlng=pt>. Acesso em: 11 abr. 2024.

TONELI, M. J. F.; BEIRAS, A.; RIED, J. Homens autores de violência contra mulheres: políticas públicas, desafios e intervenções possíveis na América Latina e Portugal. **Revista de Ciências Humanas**, v. 51, n. 1, p. 174–193, 16 nov. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2017v51n1p174>>. Acesso em: 11 abr. 2024.

URRA, F.; PECHTOLL, M. C. P. Programa “E agora, José?” Grupo socioeducativo com homens autores de violência doméstica contra as mulheres. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 25, n. 54, p. 112–116, 2016.

ANEXOS

ANEXO A – ROTEIRO PARA O GRUPO FOCAL

Esse grupo será realizado com profissionais multidisciplinares como advogados, assistentes sociais, psicólogos, orientadores sociais que atuam com grupos reflexivos e educativos com homens autores de violência contra a mulher. Funções: Mediador, observador, operador de gravação, digitador.

Objetivos

- Identificar os desafios que afetam e surgem dentro da prática.
- Analisar as percepções e impressões da equipe de profissionais dentro da temática.
- Constatar perspectivas dentro da prática desses profissionais, no ambiente de trabalho, no grupo, e com os agressores.

Temas para debate dentro do grupo

- Cultura patriarcal.
- Machismo.
- Violência na sociedade.
- As relações interprofissionais e interinstitucionais.
- Conquistas e boas práticas do cotidiano profissional.

Momento livre para cada profissional expressar sua visão dessa experiência grupal levando em consideração a ótica de cada um.

O encontro será gravado para posterior transcrição dos discursos.

Ficha do Produto

(deve ser enviada preenchida juntamente com o produto para análise)

Título:
Tipo:
Objetivo:
Público alvo:
Disponibilidade:

Dados dos Especialistas:

Formação Profissional:	
Ano de conclusão do curso:	
Profissão ou área de atuação:	
Tempo de experiência na função:	
Idade:	
Gênero:	Masculino/ Feminino/ Não Binário/ Prefiro não responder
Grau de escolaridade (marcar o nível mais alto):	Ensino médio/ Técnico; Ensino Superior; Pós-graduação, Especialização ou Residência; Mestrado e/ou Doutorado

Escala de Validação por Especialistas de Produtos Educacionais (EVEPE)

A avaliação é composta de 16 itens a serem apreciados considerando a validade de conteúdo do produto disponibilizado. Cada item possui uma escala Likert de 5 pontos, de Concordo Totalmente a Discordo Totalmente, dando a possibilidade de comentários qualitativos sobre o produto.

A partir da sua análise como avaliador, indique sua concordância ou discordância das afirmações sobre o produto educacional:

Organização

1. Sua apresentação é esteticamente adequada e agradável.
2. Sua estrutura é apropriada para o público-alvo.
3. Há uma sequência lógica do conteúdo proposto.
4. O título reflete seu conteúdo e objetivos.
5. Os segmentos, capítulos ou módulos são relevantes e apresentados de forma suficiente.

Conteúdo

1. Utiliza diferentes linguagens (figuras, quadros, tabelas, infográficos etc).
2. Utiliza uma escrita acessível, respeitando os diferentes aspectos da diversidade.
3. Estabelece elementos facilitadores da aquisição de conhecimento.
4. O vocabulário utilizado é claro, objetivo e livre de vícios de linguagem.

5. As informações apresentadas estão cientificamente embasadas e atualizadas.
6. É apropriado ao nível sociocultural e cognitivo do público-alvo.

Relevância

1. É coerente com as necessidades do público-alvo.
2. Atende a uma necessidade de ensino na sua área de aplicação.
3. A estratégia de ensino utilizada promove a aplicação prática do conhecimento abordado.
4. Promove a aplicação do conhecimento científico no cotidiano.
5. Permite extrapolar e/ou adaptar o aprendizado a diferentes contextos e cenários.

Escala Likert

Discordo totalmente.

Discordo parcialmente.

Não concordo nem discordo.

Concordo Parcialmente. Concordo totalmente.

Comentários para cada item.

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO CO CEP (VERSÃO 1)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESCALA DE VALIDAÇÃO POR ESPECIALISTAS DE PRODUTOS EDUCACIONAIS

Pesquisador: Bruna Casiraghi

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 78748824.3.0000.5237

Instituição Proponente: FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.758.316

Apresentação do Projeto:

ESCALA DE VALIDAÇÃO POR ESPECIALISTAS DE PRODUTOS EDUCACIONAIS

Este projeto de pesquisa propõe o desenvolvimento de um instrumento de avaliação para produtos educacionais elaborados em mestrados e doutorados profissionais, visando preencher tal lacuna na pesquisa educacional. Considerando a importância crescente desses produtos para a inovação pedagógica, o estudo busca integrar critérios rigorosos de validade e relevância pedagógica, abordando dimensões como aplicabilidade prática, inovação metodológica e potencial contribuição para a melhoria do ensino. O objetivo é garantir que os produtos educacionais não apenas atendam aos padrões acadêmicos de excelência, mas também sejam efetivamente implementados como recursos pedagógicos transformadores, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e promovendo uma educação de qualidade e relevante para os desafios contemporâneos. A metodologia inclui a participação de especialistas como avaliadores, aplicação de um questionário piloto para refinamento do instrumento, coleta e análise de dados utilizando técnicas estatísticas. A produção de produtos educacionais em mestrados e doutorados profissionais integra esforços de acadêmicos e profissionais na busca por

Endereço: Avenida Dauro Peixoto Aragão, nº 1325
Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** cep@foa.org.br



Continuação do Parecer: 6.758.316

inovação pedagógica e aplicabilidade prática. Esses produtos possuem uma variedade grande de formatos, podendo ser apresentados como materiais didáticos, softwares educacionais, manuais, podcasts dentre muitas outras possibilidades, e desempenham um papel relevante na renovação das metodologias de ensino e na promoção de um aprendizado mais interativo e eficaz. Contudo, a eficácia dessas inovações pedagógicas frequentemente esbarra na ausência de mecanismos adequados para sua avaliação, uma discussão que se faz presente na literatura acadêmica atual. A procura de métodos eficazes de validação desses produtos educacionais surge da necessidade de assegurar que eles não apenas atendam aos critérios de qualidade acadêmica e inovação, mas também que sejam efetivamente aplicáveis e benéficos no contexto educacional para o qual foram desenvolvidos. Isso implica a concepção de um instrumento de avaliação capaz de medir a adequação e o impacto desses produtos na prática pedagógica, considerando aspectos tanto qualitativos quanto quantitativos. Estudos realizados sobre a validação de produtos educacionais ressaltam a complexidade e a multidimensionalidade desse processo. Alexandre e Coluci (2011) discutem a validade de conteúdo nos processos de construção e validação de instrumentos, sublinhando a necessidade de um julgamento sistemático e composto por especialistas para garantir a adequação dos produtos educacionais. Hentges et al. (2017) introduzem um protótipo para avaliar a pertinência dos produtos educacionais, enfatizando a importância de se considerar a aplicabilidade e o impacto desses produtos no contexto educacional. Leite (2018) destaca a importância de uma avaliação coletiva e adaptada às especificidades do público-alvo, ressaltando a necessidade de uma metodologia que integre aspectos comunicacionais, pedagógicos, teóricos e críticos na avaliação de produtos educacionais. Em uma abordagem mais recente, Rizzatti et al. (2020) discutem a importância dos Produtos Educacionais (PEs) em programas de pós-graduação profissionais, enfatizando a necessidade de validação desses produtos com base em critérios estabelecidos pela CAPES. Este estudo propõe um conjunto de conceitos para subsidiar a análise dos PEs, incluindo um modelo de formulário de validação,

Endereço: Avenida Dauro Peixoto Aragão, nº 1325
Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** cep@foa.org.br



Continuação do Parecer: 6.758.316

visando a uma avaliação unificada por bancas de defesa. Tal discussão é vista como essencial para a qualificação dos PEs e, conseqüentemente, para a melhoria de ações da Área de Ensino. Estes estudos coletivamente apontam para a necessidade crítica de desenvolver instrumentos de avaliação robustos, capazes de medir de forma eficaz a qualidade e a eficácia dos produtos educacionais em ambientes de aprendizagem. Desta forma, este trabalho busca estabelecer uma ponte entre a teoria e a prática educacional, oferecendo uma contribuição significativa para a avaliação e a valorização dos produtos educacionais no Brasil. Por meio de uma abordagem metodológica rigorosa e inovadora, o instrumento de avaliação proposto visa assegurar que os produtos educacionais não apenas atendam aos padrões acadêmicos de excelência, mas também sejam efetivamente implementados como recursos pedagógicos transformadores, capazes de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e de fomentar uma educação de qualidade e relevante para os desafios contemporâneos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Avaliar a validade de produtos educacionais por especialistas da área no âmbito do mestrado profissional em Ensino em Ciências.

Objetivo Secundário:

Desenvolver e aprimorar um instrumento de avaliação por especialistas para validação de produtos educacionais; Validar uma Escala de Avaliação por Especialistas de Produtos Educacionais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Por se tratar de uma pesquisa com especialistas avaliando produtos educacionais, sem perguntas pessoais que possam causar constrangimento, os riscos envolvidos são baixos. No entanto, no questionário existe a questão da identificação do participante, que será utilizada apenas pelos pesquisadores para identificação e análise das opiniões que possam surgir no desdobramento

Endereço: Avenida Dauro Peixoto Aragão, nº 1325
Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** cep@foa.org.br



Continuação do Parecer: 6.758.316

da pesquisa. Para minimizar os riscos de exposição, todos os pesquisadores envolvidos se comprometem a manter o sigilo, e a não divulgar em nenhum momento o nome dos participantes que consentirem a participação, que por sua vez, deverão aceitar participar dando ciência ao TCLE, sendo resguardado o direito de encerrar sua participação em qualquer momento.

Benefícios:

A validação de produtos educacionais propicia a elaboração de materiais mais adequados e eficientes a serem aplicados nos diferentes contextos e cenários. Além disso, a validação por especialistas articula o conhecimento acadêmico à contextos da prática profissional e espaços da sociedade, estabelecendo a articulação pretendida e necessária entre academia e sociedade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de pesquisa muito pertinente e necessário diante das novas perspectivas do processo educacional.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos apresentados e a pendência foi atendida.

Recomendações:

Divulgação no meio acadêmico dos resultados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2302266.pdf	07/04/2024 12:59:02		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	07/04/2024 12:58:42	Bruna Casiraghi	Aceito

Endereço: Avenida Dauro Peixoto Aragão, nº 1325
Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** cep@foa.org.br



Continuação do Parecer: 6.758.316

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2302266.pdf	14/03/2024 18:19:59		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoEVEPE.pdf	14/03/2024 18:19:34	Bruna Casiraghi	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoEVEPE.pdf	14/03/2024 18:19:34	Bruna Casiraghi	Postado
Folha de Rosto	Folhaderostoassinada.pdf	14/03/2024 18:18:38	Bruna Casiraghi	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderostoassinada.pdf	14/03/2024 18:18:38	Bruna Casiraghi	Postado
Outros	EVEPE.pdf	13/03/2024 11:00:03	Bruna Casiraghi	Aceito
Outros	EVEPE.pdf	13/03/2024 11:00:03	Bruna Casiraghi	Postado
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	13/03/2024 10:32:29	Bruna Casiraghi	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	13/03/2024 10:32:29	Bruna Casiraghi	Postado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VOLTA REDONDA, 11 de Abril de 2024

Assinado por:

**Walter Luiz Moraes Sampaio da Fonseca
(Coordenador(a))**

Endereço: Avenida Dauro Peixoto Aragão, nº 1325
Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** cep@foa.org.br

ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP (VERSÃO 2)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Investigação com profissionais multidisciplinares que atuam em grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica

Pesquisador: PATRICIA RIVELLO GARCIA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 70082323.4.0000.5237

Instituição Proponente: FUNDACAO OSWALDO ARANHA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.162.831

Apresentação do Projeto:

Investigação com profissionais multidisciplinares que atuam em grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica.

A violência contra a mulher tem sido discutida em vários âmbitos da sociedade. O cenário envolve questões culturais sobre a visão da masculinidade

e o patriarcado. Para essa discussão precisamos levar em consideração toda a rede envolvida na segurança, saúde, educação, políticas públicas e

sociais. Este estudo traz à luz um olhar mais profundo no processo de trabalho de profissionais multidisciplinares com os grupos reflexivos com

homens autores de violência, trazendo um espaço de reflexão e crítica do cenário e comportamento do que é ser masculino em nossa cultura e a

participação ativa do homem neste contexto de prevenção a violência. Para compreender melhor essa

atuação dos profissionais, seus desafios,

faremos um grupo focal, para ouvir as demandas e necessidades e compreender melhor o assunto, para um

Endereço: Avenida Dauro Peixoto Aragão, nº 1325
Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** cep@foa.org.br



Continuação do Parecer: 6.162.831

melhor entendimento dessa temática.

No Brasil, em 2020, mais de 105 mil denúncias de violência contra a mulher foram registradas nas plataformas do Ligue 180 e do Disque 100, sendo que, destas, 72% (75,7 mil denúncias) são referentes a violência doméstica e familiar (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos "MMFDH"). Os dados apontam que em 2021 foram registrados 1.319 feminicídios no país, o que representa um recuo de 2,4% no número de registros em relação ao ano anterior, representando 32 vítimas de feminicídio a menos do que em 2020, quando registrou-se 1.351 mulheres mortas por feminicídio (Fórum brasileiro de segurança pública). No entanto, em 2022 houve 3,9 mil homicídios dolosos (intencionais) de mulheres (aumento de 2,6% em relação ao ano anterior), sendo que, destes, 1,4 mil feminicídios, o maior número já registrado desde que a lei entrou em vigor, em 2015 (NEV-USP). Somente em 2020 foram lavrados 71.183 registros de ocorrência referentes à violência contra a mulher em todo o estado do Rio de Janeiro. Em 2020, 98.681 vítimas se direcionaram a uma delegacia da SEPOL (Secretaria de Estado de Polícia Civil) para relatar alguma forma de violência relacionada à sua condição de gênero. Isso significa que, em média, 270 vítimas mulheres sofreram alguma forma de violência por dia neste estado brasileiro. Ao analisarmos a série histórica entre os anos de 2014 e 2020, podemos observar que entre 2014 e 2017 houve uma redução ano a ano do número de vítimas. A partir daí, observou-se o aumento até o ano de 2019, quando foram contabilizados 90.201 registros, seguido de uma redução de 21,1% no ano 2020, Vale destacar que a redução do número de

Endereço: Avenida Dauro Peixoto Aragão, nº 1325
Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** cep@foa.org.br



Continuação do Parecer: 6.162.831

mulheres
vítimas em 2020, na comparação com o ano anterior, pode não significar exatamente a diminuição do número de violências praticadas contra as mulheres. A hipótese mais provável indica que, diante das medidas de isolamento social adotadas em decorrência da COVID19, a redução observada pode estar relacionada com o aumento da subnotificação dos casos frente ao aumento das dificuldades das vítimas de fazerem a denúncia (Dossiê Mulher, 2021). Passados quase vinte anos da promulgação da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, e oito anos da lei 13.104, de março de 2015, conhecida como Lei do feminicídio, o assassinato de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, ou em razão do menosprezo ou discriminação à sua condição, aumentaram no país (Dossiê Mulher, 2021). O Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP) começou a compilar e divulgar os dados sobre o crime de feminicídio no estado em 2016 e, desde então, os dados apontam um crescimento dos registros de casos. Em 2020 foram registrados 78 casos de feminicídio, 85 em 2021, e 97 em 2022 (sem computar os dados de dezembro). Os números referentes aos registros de tentativa de feminicídio no Rio de Janeiro são de 270, 264, 265 em cada ano deste mesmo período, respectivamente (Dossiê Mulher, 2021). Durante a pandemia (COVID19), os crimes foram intensificados, devido às restrições de mobilidade, na medida em que as vítimas e os agressores passaram a conviver mais tempo. (Dossiê Mulher, 2021). A violência contra a mulher é responsável por altas taxas de mortalidade da população feminina no mundo.

Endereço: Avenida Dauro Peixoto Aragão, nº 1325
Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** cep@foa.org.br



Continuação do Parecer: 6.162.831

(Dossiê Mulher, 2021). No Brasil, a Lei Maria da Penha, resultado de anos de luta do movimento feminista e de mulheres, é um marco na conquista de direitos e uma referência internacional, sendo considerada uma das leis mais completas do mundo (LISBOA; ZUCCO, 2022). A partir da Lei Maria da Penha, tanto o conceito de violência foi ampliado, abarcando, além da violência física, diversos outros tipos como a psicológica, moral, sexual, patrimonial, como engloba a violência contra adolescentes, crianças e mulheres trans e travestis. Além disso, a lei contempla, ainda, as diferentes facetas da violência, considerando tanto quem perpetra como quem sofre a violência. Alguns dos mecanismos dirigidos aos agressores estão expostos no Art.22 da Lei n.11.340, que explicita que quando constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, algumas medidas protetivas de urgência ou indicar a necessidade de acompanhamento em programas de acompanhamento ou reeducação (Atlas da Violência, 2020). Um mecanismo importante no auxílio e para o enfrentamento da violência contra a mulher seriam os grupos reflexivos e socioeducativos. O machismo estrutural reflete bastante nos altos índices de violência no País, uma vez que sociedades com heranças culturais sexistas, misóginas e patriarcais ainda muito presentes, como é o caso do Brasil, favorecem a situação de vulnerabilidade da mulher, pois o desprezo ao gênero feminino é "legitimado" e mais agressões físicas e não-físicas contra as mulheres ocorrem. Em cenários como esses, o autor do crime deixa de entender a mulher como uma pessoa e passa

Endereço: Avenida Dauro Peixoto Aragão, nº 1325
Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** cep@foa.org.br



Continuação do Parecer: 6.162.831

a entendê-la como “coisa” (Dossiê Mulher, 2021) A lei Maria da Penha possibilitou aumentar a visibilidade da questão da violência doméstica e familiar, revelando ao público o problema antes tratado como se fosse privado. Mesmo com as medidas usadas como forma punitiva com relação ao agressor, visando alcançar a prevenção, a redução e a interrupção do ciclo da violência, trabalhar o agressor é também uma questão fundamental, que tem como perspectiva promover mudanças de atitudes e comportamentos sobre a violência de gênero (artigo 45 da lei 11340/2006). Uma das ações possíveis dirigidas aos homens é a participação em grupos reflexivos. Atualmente ainda temos poucos grupos reflexivos voltados ao homem agressor, uma vez que esses ainda são ignorados pelas políticas Públicas (Souza et al,2018), no entanto, é de suma importância incluir o homem dentro do processo pedagógico e educativo, oportunizando a reflexão sobre os padrões comportamentais e culturais. Tais iniciativas são consideradas estratégias efetivas na prevenção da violência e na quebra de ciclo da mesma, possibilitando a diminuição da violência contra a mulher (Souza et al,2018). Segundo a Lei n.11.340 Art.35, a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências: (Vide Lei nº 14.316, de 2022), centros de atendimento integral e multidisciplinar, as Casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar, Delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de

Endereço: Avenida Dauro Peixoto Aragão, nº 1325
Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** cep@foa.org.br



Continuação do Parecer: 6.162.831

violência doméstica e familiar, Programas e campanhas de enfrentamento, Centros de educação e de reabilitação para os agressores. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação. Considerando os aspectos apresentados, este trabalho tem como objetivo realizar um levantamento bibliográfico que permita mapear como a violência contra a mulher e o trabalho desenvolvido com os agressores tem sido discutido nas revistas científicas. Ultrapassados os 15 anos da promulgação da Lei Maria da Penha, é fundamental que possamos acompanhar os processos e a compreensão sobre o assunto, permitindo, assim, identificar fragilidades e potencialidades no campo de estudo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar os aspectos relacionados ao trabalho dos profissionais multidisciplinares com o grupo reflexivo.

Objetivo Secundário:

Avaliar os desafios dessa prática de grupos reflexivos com homens e suas possíveis considerações em nossa cultura. Implementar e construir um material educacional de apoio aos profissionais de equipe multidisciplinar que atuam com grupos reflexivos educativos para homens autores de violência.

Endereço: Avenida Dauro Peixoto Aragão, nº 1325
Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** cep@foa.org.br



Continuação do Parecer: 6.162.831

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A participação no grupo focal pode gerar desconforto aos participantes ao abordar temas sensíveis e da experiência pessoal. Como o trabalho será conduzido por profissionais experientes e o TCLE será amplamente discutido no início da atividade, deixando claro o sigilo das informações e a possibilidade de não responder ou sair a qualquer momento, tais riscos podem ser minimizados. Salienta-se que o trabalho será realizado com profissionais que atuam realizando grupos reflexivos e entendem o seu funcionamento e sua utilidade, o que também ameniza efeitos nocivos.

Benefícios:

Frente a complexidade do assunto abordado, o grupo focal se tornar uma oportunidade de assimilação e discussão entre os profissionais pesquisados. Além disso, os resultados possibilitarão conhecer os pontos a serem considerados para melhoria e adequação na abordagem com agressores, além de pontos de atenção para novas experiências neste assunto.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Considerações sobre a pesquisa foram atendidas com a revisão do texto do desfecho primário no projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados.

Recomendações:

Publicação da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Endereço: Avenida Dauro Peixoto Aragão, nº 1325
Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** cep@foa.org.br



Continuação do Parecer: 6.162.831

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2140436.pdf	12/06/2023 12:16:25		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	roteirogf.pdf	15/05/2023 17:39:03	PATRICIA RIVELLO GARCIA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodepesquisa.pdf	15/05/2023 17:38:18	PATRICIA RIVELLO GARCIA	Aceito
Declaração de concordância	assinaturaednardo.pdf	15/05/2023 17:20:23	PATRICIA RIVELLO GARCIA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	documento.pdf	15/05/2023 17:17:44	PATRICIA RIVELLO GARCIA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimento.pdf	15/05/2023 17:01:10	PATRICIA RIVELLO GARCIA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	15/05/2023 16:55:49	PATRICIA RIVELLO GARCIA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VOLTA REDONDA, 05 de Julho de 2023

Assinado por:

**Walter Luiz Moraes Sampaio da Fonseca
(Coordenador(a))**

Endereço: Avenida Dauro Peixoto Aragão, nº 1325
Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** cep@foa.org.br